

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
da Universidade de Lisboa

O Papel dos Media no quadro do Terrorismo como acção estratégica

Júri:

Doutor Heitor Alberto Coelho Barras Romana

Doutor António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro

Doutora Teresa Manuela Rebelo Fernandes de Almeida e Silva

Orientador:

Professor António Silva Ribeiro

Co-Orientador:

Professora Sandra Balão

Candidato:

Ana Catarina Bordalo Faustino

Lisboa, 2018

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS	I
DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS.....	III
GLOSSÁRIO	IV
RESUMO	V
INTRODUÇÃO	1
NOTA METODOLÓGICA.....	8
1. SOBRE O CONCEITO DE ESTRATÉGIA	10
1.2. ELEMENTOS DA ESTRATÉGIA	11
1.2.1 A actividade.....	12
1.2.2. A dialéctica hostil	13
1.2.3. Os meios.....	14
1.2.4. Os objectivos	15
1.3. DELIMITAÇÕES DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA	16
1.4. O NOSSO CONCEITO DE ESTRATÉGIA.....	16
2. SOBRE O CONFLITO ESTRATÉGICO.....	18
2.1. O AMBIENTE ESTRATÉGICO.....	19
2.2. MODALIDADES DE ACÇÃO ESTRATÉGICA	22
3. SOBRE O TERRORISMO	23
3.2. O NOVO TERRORISMO	25
3.3. O TERRORISMO COMO ESTRATÉGIA	28
3.3.1. Os objectivos	28

3.3.2. Os meios.....	29
3.3.3. A dialéctica hostil	31
3.3.4. A actividade.....	32
3.4.O AMBIENTE ESTRATÉGICO DO TERRORISMO.....	34
3.5.AS ESTRATÉGIAS DO TERROR.....	36
4. SOBRE OS MEDIA	39
4.1.OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSAS.....	39
4.2.A INFORMAÇÃO E O DILEMA DA OBJECTIVIDADE	40
4.3.A QUESTÃO DOS EFEITOS DOS MEDIA.....	41
5. SOBRE A RELAÇÃO MEDIA/TERRORISMO	43
5.1. O FACTOR PSICOLÓGICO, A INFLUÊNCIA E OS MEDIA NOS CONFLITOS MODERNOS	43
5.2.A COBERTURA MEDIÁTICA DO TERRORISMO	44
5.3. OS INTERESSES EM RELAÇÃO	49
5.1.1. Dos Terroristas	50
5.1.2. Dos Media	53
5.1.3. Dos Governantes, da Opinião Pública e das Vítimas.....	54
5.4.O CARÁCTER ESTRATÉGICO DOS MEDIA NO FENÓMENO TERRORISTA	56
CONCLUSÃO	60
BIBLIOGRAFIA.....	65
ANEXO 1	74
Concepções clássica, moderna e pós-moderna do conceito de estratégia	74
ANEXO 2	77
Relação entre Estratégia e Política	77

ANEXO 3	78
Tipologias de Estratégia	78
1. Estratégias Total, Gerais e Particulares.....	78
2. Estratégia Genética, Estrutural e Operacional.....	79
3. Estratégia Directa e Indirecta.....	79
4. Estratégia Ofensiva e Defensiva.....	80
ANEXO 4	82
Classificação Modelos de Acção Estratégica	82
ANEXO 5	86
Tipologias de Terrorismo	86
ANEXO 6	88
O Terrorismo como Comunicação	88
ANEXO 7	91
Modalidades de Acção próprias do Terrorismo segundo Kydd e Walter (2006)	91
ANEXO 8	93
Teorias dos Efeitos dos Meios de Comunicação de Massas	93
1. O Papel dos Media na Estruturação da Opinião Pública.....	94
2. O Papel dos Media na Distribuição de Conhecimento.....	96
3. O Papel dos Media na Construção da Realidade	96
ANEXO 9	97
Tab.2 - As Organizações Políticas e os seus objectivos (Kydd e Walter, 2006, pp.54-55)	97
ANEXO 10	98
Tab.3 - Exemplo de “etiquetas” e nomenclatura terrorista e contra-terrorista para uma mesma coisa (Lockyer, 2003, p2)	98

ANEXO 11	99
Conceito de Soft Power	99
ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES	101
ÍNDICE REMISSIVO DE ASSUNTOS	104

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Figuras

Fig.1 – Actores em relação no fenómeno terrorista

Fig.2 – Fluxo de Comunicação

Fig.3 – O Terrorismo como Acto de Comunicação

Tabelas

Tab.1 – Estratégias Gerais e Particulares

Tab.2 – As organizações políticas e os seus objectivos

Tab.3 – Etiquetas e nomenclatura terrorista e contra-terrorista para uma mesma coisa

Tab.4 – Sistematização do Poder

DEDICATÓRIA

Ao Pedro, à Alice e à Luísa, por todo o carinho e paciência
e pelo tempo que lhes “roubei”.

Aos meus Pais, pelo apoio de uma vida
e pela própria vida.

À minha irmã, pela inspiração.

AGRADECIMENTOS

Uma nota breve de agradecimento aos que tornaram possível a concretização deste trabalho.

Aos meus orientadores, Professor António Silva Ribeiro e Professora Sandra Balão, sempre disponíveis para me ouvir e comigo partilharem os seus sábios pontos de vista.

Ao Pedro Neves, colega de Mestrado e amigo, pelo companheirismo e por não me deixar esmorecer ao longo do caminho.

Ao ISCSP e ao seu pessoal técnico que em muito facilitou as horas de trabalho e pesquisa.

GLOSSÁRIO

I GM – Primeira Guerra Mundial

II GM – Segunda Guerra Mundial

ETA – Euskadi Ta Askatasuna (Basco para Pátria Basca e Liberdade)

FP-25 – Forças Populares 25 de Abril

IRA – *Irish Republican Army*

ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

IT – *Insurgent Terrorist*

Media – Meios de Comunicação de Massas

PLO – *Palestinian Liberation Organization*

RFA – *Red Army Faction*

TA – *The Authorities as Target*

TP – *The Public as Target*

VA – *Victim belonging to the camp of State Authorities*

VP – *Victim being part of the public*

VUCA – *Volatility, Uncertainty, Complexity, Ambiguity*

RESUMO

A cobertura mediática de actos terroristas tem registado duras críticas e levantado questões quanto ao papel dos media na expansão do fenómeno terrorista. Procuramos, neste documento, perceber concretamente qual o papel dos media no desenvolvimento deste fenómeno, usando, para tal, como quadro de análise, a Teoria da Estratégia. Partimos, por conseguinte, da hipótese de o terrorismo constituir um fenómeno de cariz estratégico, ajudando-nos os conceitos do domínio da estratégia na caracterização da relação media/terrorismo. Pela análise realizada, percebemos que, apesar de a cobertura mediática ser, muitas vezes, favorável ao cumprimento dos objectivos parcelares dos terroristas – atenção, reconhecimento, respeito e legitimidade -, não é determinante para a obtenção do seu objectivo final. Isto é, não tem um contributo decisivo no desenvolvimento do terrorismo.

A relação entre media e terrorismo é, de facto, complexa. No entanto, os media apenas se apresentam como um meio empregue pelos grupos terroristas. Na verdade, os media são um meio explorado pela sua capacidade de difundir mensagens de forma célere, abolindo a condicionante da distância. Um meio que é simultaneamente uma força material e moral, capaz de aumentar substancialmente o potencial estratégico dos intervenientes no conflito, em especial pela possibilidade que confere de mobilizar o factor psicológico tão caro às modalidades de acção indirectas que marcam os conflitos da actualidade. Porém, não se consideram os media decisivos na concretização da estratégia terrorista. Por um lado, pelo facto de o seu emprego, enquanto meio, ser muito condicionado por factores diversos do ambiente estratégico, podendo até ter impactos inesperados, nem sempre favoráveis ao actor que o empregou. Por outro, porque a mensagem transmitida, ainda que impregnada de uma interpretação feita pelo meio que a divulga, está sempre sujeita a uma camada de interpretação feita pela audiência. E esta interpretação é condicionada por factores de ordem política, social e cultural que envolvem essa mesma audiência.

Deste modo, consideramos que os media são apenas um meio ao serviço da estratégia terrorista. Tal conclusão não invalida, contudo, que sejam debatidas questões relativamente

à ética subjacente à cobertura mediática e à forma como os media podem guiar a sua conduta, no sentido de melhor cumprirem os seus objectivos informativos primordiais.

Palavras-chave: Estratégia, Media, Terrorismo, Relação Media/Terrorismo

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Estratégia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, promove o cruzamento entre os temas abordados no referido Mestrado e uma área de saber que constitui um interesse pessoal, visto ser parte da formação universitária e do percurso profissional: a comunicação.

Subordinado ao tema “O Papel dos Media no quadro do Terrorismo como acção estratégica”, este trabalho constitui uma reflexão sobre a relação media/terrorismo, feita à luz dos conceitos que guiam os estudos estratégicos.

Estamos, por conseguinte, face a um objecto de estudo que atravessa diversas áreas de conhecimento – Estratégia, Relações Internacionais, Ciência Política, Ciências da Comunicação - e que exige o esclarecimento de conceitos diversos, como os de Estratégia, Conflito Estratégico, Terrorismo e Media. Procuraremos, ao longo desta dissertação, expor cada um destes conceitos, relacioná-los e daí extrair o papel dos media no quadro estratégico do terrorismo.

Na verdade, a relação media/ terrorismo tem colocado em causa a actuação dos meios de comunicação social, levantando questões quanto ao impacto destes no fenómeno terrorista e na sociedade. De forma a melhor compreender uma relação que surge como complexa e muito dependente do ambiente em que tem lugar, procurámos estudá-la aplicando um quadro teórico de análise que facilite a sistematização. Assim, e no seguimento do conhecimento apreendido no referido Mestrado, considerámos pertinente a aplicação dos conceitos da área de estudo da Estratégia, visto que, ao longo da história, a estratégia tem evidenciado uma grande abrangência e aplicabilidade a vários campos de análise e situações da vida em sociedade: da segurança e defesa dos Estados, aos contextos empresariais ou mesmo à gestão das relações domésticas.

O que percebemos da análise deste conceito é que ele detém um elevado potencial de aplicação a situações que impliquem uma forte componente relacional, marcada pela oposição entre as partes. E que a aplicação dos conceitos da estratégia a estas mesmas

situações contribuem para a sua clarificação, para a definição de posicionamento dos diversos actores em relação e mesmo para a concretização de tomadas de decisão.

Nesta medida, consideramos que o cruzamento entre os conhecimentos de estratégia e a relação media/terrorismo, promovido neste trabalho, permite um entendimento da Estratégia como aplicável por qualquer organização em defesa da sua sobrevivência num ambiente tipicamente hostil, contribuindo assim para a percepção de alargamento do conceito de estratégia e para a sua valorização enquanto área de estudo de apoio aos diversos quadrantes da sociedade.

Para as áreas de estudo das Relações Internacionais e Ciência Política, a relevância deste estudo reside na crescente preponderância de actos terroristas nas sociedades contemporâneas e no impacto que estes têm através dos media. Importa decifrar uma relação que tem tanto de simbiótica como de polémica. Afinal, a violência sempre marcou, ao longo da história, uma presença constante e decisiva, no entanto, na sociedade actual, essa violência parece ganhar novas formas e, logo, novos impactos e consequências. O terrorismo evidencia-se não só como uma nova realidade, mas também como um elevado desafio, já que parece desestabilizar a ordem internacional, accionando os seus próprios mecanismos. Isto é, o terrorismo faz uso dos elementos da ordem internacional para seu benefício próprio. Um desses elementos, cujo papel procuramos aqui explorar, são os media, que, enquanto veículos de informação global privilegiados, se têm evidenciado como recursos únicos para os terroristas. Pela projecção que dão a um determinado acto, os media são acusados de promover o cumprimento dos objectivos terroristas: gerar o terror e transmitir a sua mensagem à maior quantidade de pessoas possível, pressionando governos e decisores políticos.

A história tem mostrado que os media necessitam do terrorismo tanto quanto este último dos media. Os ataques terroristas registam uma cobertura mediática, imediata, intensiva e repetitiva que promove os objectivos de atenção, reconhecimento e legitimidade dos terroristas. Percebe-se, no entanto, igualmente, que os media têm vantagens claras na cobertura deste tipo de eventos que, pelo dramatismo que envolvem, atraem audiências. Naturalmente, a perspectiva de os media poderem contribuir para o desenvolvimento e

sucesso do terrorismo coloca sérias questões de ética e responsabilidade, claramente identificadas por Margaret Thatcher quando no seu apelo aos jornalistas solicitou: “neguem aos terroristas o oxigénio da publicidade” (DN, 18 de Dezembro de 1985). Situações como esta têm levado a críticas à actuação dos media e dúvidas quanto ao contributo que aqueles podem estar a prestar à causa terrorista.

De salientar que, no âmbito deste trabalho, privilegiaremos a análise do “terrorismo autónomo” (Martins, 2010) que corresponde ao terrorismo que “define por si os seus fins últimos e os busca exclusivamente, ou quase exclusivamente, pelo terror (...) e que será, portanto, um terrorismo dirigido contra o Estado, por vezes mesmo contra a sociedade em geral” (Martins, 2010, pp.17-18). Não significa isto que a teorização aqui reflectida não se aplique às restantes tipologias, mas, por uma questão de delimitação do objecto, optámos por dar maior enfoque àquela que tem levado a uma maior reflexão sobre o fenómeno terrorista

Por último, esta dissertação, ao clarificar o papel dos media no quadro estratégico dos media, permitirá a estes compreender melhor o ambiente em que se inserem e definir formas de acção que evitem a subjugação aos interesses dos actores em relação no fenómeno terrorista. Desta forma, poderão seguir a missão de informação e objectividade própria aos meios de comunicação.

Para a definição do objecto de estudo deste trabalho, foi decisiva a leitura e análise de diversos autores com trabalho desenvolvido em torno dos conceitos de estratégia, terrorismo e media, assim como em torno da relação entre estratégia e terrorismo, por um lado, e entre terrorismo e media, por outro.

Evidenciamos, assim, de seguida, alguns dos contributos que destacamos como mais relevantes por área, para a concretização desta dissertação.

Em primeiro lugar, e relativamente à definição do conceito de estratégia, mostraram-se fundamentais os contributos de António Silva Ribeiro (2010a e 2010b), Abel Cabral Couto (1988) e Raúl Martins (1983), no esforço de teorização e de explicação dos conceitos-chave dos estudos estratégicos, que utilizaremos como quadro de análise do fenómeno terrorista.

Abordamos as teorizações de Sun Tzu (2002), Clausewitz (1873), Liddel Hart (1974) e General Beaufre (1985). Consideramos ainda relevante o alargamento do conceito de estratégia proposto por Rogério de Castro e Silva (1972).

Num esforço de compreensão do conflito estratégico, atentámos a autores como Schelling (1980) ou António de Sousa Lara (2009) na definição de conflitualidade. Na caracterização do ambiente estratégico, destacamos Yarger (2006).

Para melhor compreendermos o contexto terrorista, evidenciamos o trabalho desenvolvido por autores como Audrey Cronin (2002-2003) ou Peter Neumann (2009). António de Sousa Lara (2009) e Paul Wilkinson (2000) foram relevantes na definição de Terrorismo. Já o contributo de Weinberg e Pedahzur (2003) residiu sobretudo na relevância atribuída ao factor psicológico que consideramos de extrema relevância para a compreensão do objecto deste trabalho.

Numa leitura do terrorismo como comunicação contámos com os trabalhos de Schmid e Graaf (1982) e de Frey e Rohner (2006). Raúl Martins (2010) e Kydd e Walter (2006) evidenciaram-se na leitura do terrorismo como estratégia.

No que toca ao estudo sobre os media, e dada a relevância do tema dos efeitos cognitivos, destaca-se, em especial, Enric Saperas (2000), Walter Lippman (1965) e alguns autores associados a determinadas teorias: McCombs e Show (1972) – *Agenda Setting Function*; Niklas Luhmann (1978) – Tematização; White (1950) – *Gatekeeper*; Tichenor, Donohue e Olien (1970) – *Gap Hypothesis*; Tuchman (1983) – *Framing*.

Numa perspectiva de associação dos diversos conceitos, autores como Andrew Kydd e Barbara Walter (2006) prestam um contributo fulcral para este trabalho, pela exploração do carácter estratégico do terrorismo, dando corpo às diversas modalidades de acção estratégica aplicadas pelo terrorismo. Da mesma forma, os trabalhos de Brigitte Nacos (2000, 2002, 2006, 2007, 2009) constituem uma base de reflexão importante acerca da relação media/terrorismo, evidenciando os objectivos e interesses das duas partes em relação. Neste mesmo tópico, é ainda de registar o contributo de Alex Schmid (1992), a que recorreremos por diversas vezes ao longo deste trabalho, e que afirma que a relação

media/terrorismo é apenas uma parte de uma relação mais complexa que envolve vários actores.

Os contributos dos diversos autores estão patentes ao longo de toda a dissertação, numa estrutura que se encontra dividida em cinco partes.

Na primeira, temos como objectivo chegar a uma operacionalização do conceito de estratégia. Identificaremos os elementos constituintes desta definição e sistematizaremos as relações próximas que detém com os conceitos, com os quais muitas vezes se cruza ou se confunde, de política e de tática. Assim, explorando e bebendo das diversas perspectivas do conceito que apresentamos - António Silva Ribeiro (2010a e 2010b), Abel Cabral Couto (1988) e Raúl Martins (1983) -, permitimo-nos chegar à operacionalização do conceito de estratégia que utilizaremos ao longo deste estudo: “a ciência e a arte de utilizar meios de coacção, materiais e morais, em ambiente hostil, com vista à concretização de objectivos disputados entre unidades políticas”. Nesta definição, conscientes da complexidade do ambiente internacional actual, consideramos a estratégia numa perspectiva lata (em especial quando comparada com as concepções clássicas de estratégia), fazendo-a “descolar” de um registo limitado a situações de guerra e protagonizado apenas por actores militares, para se estender a diversas formas de conflito, protagonizadas pelas várias unidades políticas com intervenção na política internacional (Martins, 1983).

A segunda parte reflectirá sobre os conflitos estratégicos, vistos desta mesma perspectiva mais ampla. Isto é, não focado apenas em situações de guerra e atrito, mas sempre que existem vontades que se opõem e que se pretendem superar. Num mundo global e com uma proliferação de actores políticos, o estudo destes conflitos, inerentes à dualidade das relações, ganha uma especial relevância. Olharemos, por conseguinte, para este ambiente estratégico que é claramente complexo, que condiciona o sucesso da estratégia e que é, muitas vezes, o alvo dos efeitos ambicionados pelas partes. Procuraremos caracterizá-lo, sabendo que a leitura compreensiva deste ambiente será fundamental no desenvolvimento de qualquer acção estratégica. De seguida, tipificaremos as modalidades de acção estratégica, resultantes do cruzamento entre o ambiente estratégico, o objectivo a alcançar,

as características do contrário, as suas forças e fraquezas e as condicionantes de espaço e tempo.

O terceiro capítulo será dedicado ao fenómeno terrorista. Num esforço de delimitação dos conceitos a trabalhar, optamos por centrar a nossa análise no “terrorismo autónomo” (classificação de Martins, 2010), por ser aquele que mais tem levantado questões relativamente à sua relação com os media. Entende-se por “terrorismo autónomo” um terrorismo que define os seus próprios objectivos, por norma contrários aos do Estado ou poder instituído e que actua pela via do terror, muitas vezes contra a própria sociedade. De seguida, aplicaremos os elementos que compõem o conceito de estratégia à realidade do terrorismo, um exercício que nos levará a concluir que, efectivamente, o terrorismo se caracteriza como um fenómeno de cariz estratégico, sendo possível analisar o ambiente em que decorre e as modalidades de acção a que recorre.

Dada a temática deste estudo, importa ainda definir um outro conceito que dará corpo à quarta parte: o conceito de media. Neste capítulo, a nossa preocupação prende-se com a explicação do que são os meios de comunicação de massas e do papel que representam num mundo a cada dia mais global e complexo. No seguimento das críticas apontadas à actuação dos media e ao papel de influência que se supõe terem na realidade que representam, abordaremos os estudos realizados em torno dos efeitos cognitivos dos media, procurando respostas possíveis quanto ao papel dos media na cobertura da realidade social.

A última parte será dedicada à relação Media/Terrorismo, através do cruzamento dos conceitos atrás identificados. Deste cruzamento, evidenciamos a relevância atribuída ao factor psicológico como elemento de ligação entre os Media e o Terrorismo, sendo os primeiros um facilitador de estratégias indirectas privilegiadas pelos grupos terroristas e dando as acções terroristas aos media o drama e o espectáculo que mobilizam as suas audiências e, logo, a sua sobrevivência. Por fim, e porque a relação Media/Terrorismo se insere numa teia de relações e interesses que é mais extensa, albergando o poder político, a opinião pública e as vítimas, trataremos de listar os interesses de cada uma destas partes na relação. Com esta leitura, procuramos perceber se a dependência entre Media/Terrorismo

será única ou se o mesmo tipo de ligação acontece com os diversos intervenientes no fenómeno terrorista.

Desta análise, os resultados obtidos apontam no sentido de não existir um papel activo e propositado dos Media na promoção do Terrorismo. Os media afirmam-se como um meio ao serviço da estratégia. Mas tanto da estratégia terrorista, como da contra-terrorista. Isto é, enquanto meio, fortalecem o potencial estratégico de qualquer um dos opositores. A sua força advém sobretudo do facto de reunirem em si tanto os aspectos materiais, como morais que caracterizam os meios estratégicos. É a conjugação destas duas facetas que atribui aos media alguma maleabilidade ao serviço dos actores em relação e que resulta na complexidade da sua análise e caracterização dentro do ambiente estratégico do terrorismo.

O lado de força moral dos media tem sido o mais explorado pelo terrorismo que assenta grande parte das suas práticas em modalidades de acção indirectas, centradas nos efeitos psicológicos que contribuem para a concretização de objectivos parcelares do terrorismo. Talvez por isso, seja tão debatida esta relação. Mas as mesmas capacidades dos media podem ser exploradas pelo poder político em oposição ao terrorismo.

Ainda assim, mesmo sendo os media apenas um meio na relação estratégica, permanecem dúvidas quanto à ética inerente à cobertura mediática de acções terroristas. Consideramos que estas questões devem continuar a ser debatidas, com o intuito de encontrar soluções para que os media definam os contornos de sistemas de auto-regulação que os aproximem mais dos valores de rigor, objectividade e verdade que guiam a deontologia jornalística.

NOTA METODOLÓGICA

Este trabalho procura lançar as bases para melhor compreender o papel dos media no contexto terrorista, num esforço de teorização e conceptualização feito à luz dos conceitos que guiam os estudos estratégicos.

Face ao objecto de estudo definido, o objectivo desta investigação centra-se na resposta à questão: Qual o papel dos Media no quadro do Terrorismo como acção estratégica? Começaremos por equacionar a hipótese de o terrorismo constituir um fenómeno com carácter estratégico para, a partir desta constatação, poder compreender o papel estratégico dos media no fenómeno terrorista, explorando duas linhas que apresentamos como hipóteses de trabalho:

1. Os Media são um meio à disposição da estratégia terrorista que reforça o potencial estratégico dos grupos terroristas;
2. Os Media são actores em relação no quadro estratégico do terrorismo.

Encontrando a resposta à pergunta de partida, consideramos estar a contribuir para esclarecer a relação entre os media e o terrorismo.

A abordagem que fazemos do objecto de estudo assenta sobretudo no campo de estudo da Estratégia, área científica do Mestrado no âmbito do qual desenvolvemos esta dissertação. Não obstante, são igualmente determinantes conhecimentos nas áreas das Relações Internacionais, da Ciência Política e das Ciências da Comunicação. Neste âmbito de estudos, recorreremos sobretudo a monografias, artigos e estudos científicos, enquanto fontes, com o intuito de identificar elementos que permitam obter as respostas que sustentam as hipóteses levantadas. Recorreremos ainda a informação divulgada na internet, dada a actualidade do tema terrorismo e a cobertura mediática regular de que é alvo.

Esta dissertação é eminentemente teórica, tendo em conta que se trata essencialmente de um exercício de aplicação de conceitos teóricos a uma realidade social. Assim, a análise qualitativa utilizada tem um carácter doutrinário, assente numa leitura crítica de bibliografia. Recorre-se, porém, igualmente, à observação de factos sociais. Neste sentido, e como em

qualquer estudo na área das ciências sociais, importa reconhecer o problema da subjectividade versus a objectividade do investigador. Procuraremos nos conceitos teóricos um alicerce para uma maior objectividade.

Relativamente à metodologia utilizada, guiamo-nos pela perspectiva sistémica (Bertalanffy, 1972), uma vez que: os conceitos base desta análise se revestem de enorme complexidade; o ambiente em que cada um se enquadra é igualmente complexo; a compreensão da relação media/terrorismo depende, em grande parte, da análise destes conceitos em relação, com forte dependência do ambiente em que se inserem (como veremos ao longo deste trabalho).

Partimos, pois, para esta análise, em linha com a perspectiva da teoria dos sistemas que considera que “as estruturas e processos de um sistema só são possíveis em relação a um ambiente, e só podem ser entendidas se estudadas nessa relação. Assim é, pois só por referência a um ambiente é possível distinguir (num sistema dado) algumas funções como um elemento e outras funções como uma relação entre elementos” (Luhmann, 2001, p.99).

Procuramos através desta metodologia criar bases teóricas para uma reflexão sobre a relação media/terrorismo que possa trazer maior compreensão sobre a mesma e perspectivar o potencial de actuações futuras dos media face aos objectivos estratégicos que os diferentes atores numa situação de terrorismo almejem atingir. Afinal, como aponta Adriano Moreira, “aquilo que a proposta de metodologia sistémica vem trazer (...) é um modelo de racionalização de todos esses factores complexos, ajudando a apreender a realidade, descrevê-la e prognosticar os comportamentos dos agentes e do conjunto” (Moreira, 1996, p.237).

Ao permitir definir e classificar o papel dos media, acreditamos que esta análise, centrada na vertente estratégica, soma valor aos estudos que abordam esta mesma problemática da relação media/terrorismo.

1. SOBRE O CONCEITO DE ESTRATÉGIA

De forma a clarificar o quadro de análise que pretendemos utilizar para melhor compreender a relação media/terrorismo, começamos por explorar o conceito de estratégia.

A palavra estratégia é amplamente utilizada em diversos âmbitos da sociedade. Do militar ao político, do empresarial ao desportivo. A literatura faz uso do termo “estratégia”, assumindo uma estabilidade conceptual que, após uma atenção mais aprofundada aos seus usos, temos dificuldade em concretizar. Na verdade, o termo que tem a sua origem no campo militar sofreu, ao longo dos tempos, uma generalização, estendendo-se a situações que têm na sua matriz a ideia de “guerra” (Couto, 1988). Esta generalização é algo de recorrente e que se verifica com outros conceitos, como Política, Tática ou mesmo Filosofia (Martins, 1983).

O conceito de estratégia que procuramos aqui trabalhar é um conceito sobretudo técnico, que evolui da raiz do conceito, da sua aplicação concreta e da sua diferenciação relativamente a conceitos com os quais se relaciona, mas que não poderá ser, no entanto, alheio às evoluções que tem registado e que decorrem da própria evolução da história e das relações internacionais em que a estratégia se enquadra (Martins, 1983).

Na senda da evolução do conceito, tendo em conta as concepções Clássica, Moderna e Pós-Moderna da Estratégia¹, dedicamo-nos sobretudo à concepção mais lata do conceito fruto da evolução do fenómeno da guerra. Na verdade, sobretudo a partir da II GM, com as armas de destruição massiva, o mundo dos estrategas mudou e mostraram-se necessárias outras soluções que extrapolam as tradicionalmente utilizadas em contexto de guerra. Da mesma forma, com o desenvolvimento dos meios de comunicação social, tornou-se possível um ataque directo, ainda que dissimulado por técnicas de manipulação de massas, à moral das nações. Neste contexto, o alargamento do conceito de estratégia mostrou-se mandatário, urgindo acompanhar uma guerra cada vez mais total.

Uma concepção que coloca em evidência a deslocação do objecto da estratégia da guerra para a hostilidade entre as partes. Numa perspectiva dialéctica, centra a estratégia mais nos objectivos agónicos com vista ao domínio da Vontade adversária. Numa segunda definição

¹ Ver as Concepções Clássica, Moderna e Pós-Moderna de Estratégia no **Anexo 1**.

de estratégia total de Beaufre, que denota esta evolução, pode ler-se “(...) l’essence de la stratégie gît dans le jeu abstrait qui résulte (...) de l’opposition de deux volontés. (...) C’est donc l’art de la dialectique des forces ou encore plus exactement l’art de la diatectique des volontés employant la force pour résoudre leur conflit” (Beaufre, 1985, p.16). O objecto da estratégia passa, assim, a ser o conflito e já não somente a guerra.

Mais recentemente, a complexidade e heterogeneidade do sistema internacional levou a que se considerasse que a estratégia não envolve apenas Estados, mas diversos tipos de organizações internacionais, transnacionais, movimentos políticos, etc. O crescente número de actores internacionais remete, necessariamente, para uma multiplicação de realidades, vontades, objectivos e para uma pulverização de critérios de racionalidade. Neste contexto, as concepções pós-modernas de estratégia (exemplo: Martins, 1983) enquadram um alargamento do conceito a qualquer tipo de organização que actue em defesa da sua sobrevivência num contexto considerado hostil.

Alguns autores, como António Horta Fernandes (2003), têm-se manifestado contra o alargamento do conceito de estratégia. Neste ponto, concordamos, porém, com Raul Martins quando diz: “Ao introduzirem a extensão do conceito a todas as formas de conflito entre as Unidades Políticas, as modernas definições não modificam este elemento essencial do conceito, apenas adaptam às realidades do tempo actual, em que guerra armada, violenta, se prolonga, se modula, se mascara, em múltiplas formas menores na violência física, embora muitas vezes igualmente violentas nas finalidades últimas, a que os tratadistas dão diversos nomes: guerra fria, paz/guerra, paz armada, salpicadas de «crise» e de «guerras limitadas»” (Martins, 1983, p. 111).

1.2. ELEMENTOS DA ESTRATÉGIA

São diversas as definições de estratégia que consideramos, de uma perspectiva pós-moderna. Vejamos algumas:

“A ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado meio e tempo, para se materializarem objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo” (Ribeiro, 2010b, p.22).

“A ciência e a arte de desenvolver e utilizar forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitam, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política” (Couto, 1988, p.209).

“A estratégia será portanto uma actividade orientada, em ambiente hostil, e lançando mão de todos os meios e recursos (forças), para aquisição de objectivos disputados entre Unidades Políticas” (Martins, 1983, p.111).

Ainda que apresentando algumas diferenças de forma e de níveis de exploração do conteúdo, estas definições apresentam diversos pontos em comum que consideramos representarem os componentes base do conceito de estratégia: a actividade, a dialéctica hostil, os meios e os objectivos. Vejamos cada um deles.

1.2.1 A actividade

Consideramos actividade a forma de produção da estratégia, e apresentamo-la, aqui, como uma ciência, enquanto conjunto de conhecimentos sistematicamente relacionados, e, simultaneamente, como uma arte, resultado de génio, criatividade e inspiração aplicados ao momento da decisão. De facto, a estratégia aproxima-se da ciência, em especial quando pensamos no conceito de ciência social, pelas metodologias de raciocínio estratégico, de tratamento de informação, etc., de que faz uso ao longo do processo estratégico. Não se trata de um processo meramente intuitivo, mas assente num conhecimento científico que sustenta a decisão. A aplicação de métodos matemáticos, como é o caso da teoria dos jogos a situações de crise (Neumann e Morgenstern, 1953), demonstra bem o desenvolvimento desta vertente.

No entanto, é também perceptível que existem limitações do conhecimento científico para cumprir todo o processo estratégico, marcadas pelo ambiente de incerteza que lhe é

inerente, pela irracionalidade possível da parte do “outro” ou pela multiplicidade de opções que se colocam na tomada de decisão.

A decisão estratégica é, de facto, reveladora das limitações científicas já que se mostra indissociável do carácter do estratega e da criatividade deste na combinação dos meios, no meio e no tempo, de acordo com os objectivos. Desta perspectiva, a estratégia não pode ser vista como uma actividade unicamente científica, mas sim como uma actividade criativa assente em fundamentos científicos (Ribeiro, 2010b). Esta capacidade criativa atribuída ao estratega, e que condiciona de forma determinante o sucesso da estratégia, está, de resto, presente na literatura desde os primeiros textos de Sun Tzu (2002) que alertavam para o papel imprescindível do comandante, aquele que, habilmente, já no terreno, se mantém alerta com a astúcia que o deve caracterizar, sabendo identificar os momentos-chave, os pontos de avanço ou recuo e tomando as melhores decisões em nome do seu soberano e pelo exército que comanda. Trata-se do talento do general, que faz um líder seguir as pistas que constantemente surgem, durante o processo estratégico, e gerir as oportunidades e ameaças a seu favor. Nos nossos dias, esta “arte” ganha uma componente forte de criatividade e de inovação, na capacidade de surpreender o adversário com diferentes abordagens.

1.2.2. A dialéctica hostil

A actividade da estratégia pressupõe sempre a existência de um “outro”, numa dialéctica que implica a hostilidade. Isto é, opõe actores com vontades distintas ou objectivos divergentes, sendo o fim último da estratégia vencer ou tornar favorável o contrário.

No que diz respeito aos actores em confronto no processo estratégico, as concepções clássicas colocam a estratégia nas mãos dos comandantes militares da mais elevada hierarquia. Consideramos esta noção, no entanto, redutora, uma vez que, como vimos, não limitamos a estratégia apenas ao campo militar, mas alargamo-la a diversos sectores da vida política, fazendo uso não só das forças materiais, como também das morais.

No contexto das relações internacionais, consideram-se os Estados como actores da estratégia. A desmultiplicação de tipologias de conflitos tem-nos mostrado, porém, que existem outros actores a considerar, nomeadamente grupos políticos que levam a cabo guerras subversivas, acções terroristas, etc. Alinhamos, por essa razão, com as concepções que consideram como actores de estratégia as Unidades Políticas, na sua designação mais geral, isto é de colectividades políticas organizadas, defensoras de uma vontade colectiva própria (Martins, 1983).

Deste modo, são as unidades políticas que se opõem no processo estratégico, numa dialéctica necessariamente hostil.

1.2.3. Os meios

Segundo Cabral Couto, a estratégia preocupa-se com a manipulação da força, significando esta o seu emprego ou não (Couto, 1988). O conjunto das forças, materiais e morais, que uma determinada unidade política tem à sua disposição constitui o seu potencial estratégico. Assim, as forças estão no centro do processo estratégico e, uma vez aplicadas, convertem-se no poder de uma parte face a outra. A noção de potencial estratégico difere, assim, da de Poder. Enquanto a primeira é a força disponível, a segunda corresponde à revelação da força em circunstâncias determinadas e na concretização de objectivos específicos. Quer isto dizer que, por norma, o Poder é sempre inferior ao potencial, uma vez que a aplicação das forças implica sempre algum desgaste (Couto, 1988).

Os meios representam as forças. Como vimos, são considerados já não só os meios militares, como enunciavam as primeiras definições de estratégia, mas meios de diversas naturezas - militar, política, económica, psicológica, etc. O alargamento do objecto da estratégia da guerra a todas as formas de conflito permitiu equacionar todo um conjunto de meios materiais e morais, “allant du bombardement nucléaire à la propagande ou au traité de commerce” (Beaufre, 1985, p.18). Independentemente da natureza, o importante é que os meios accionem o mecanismo da coacção. Isto é, que, de alguma forma, afectem o centro de gravidade do contrário e garantam vantagem estratégica que permita influenciar as acções

contrárias e concretizar os objectivos estratégicos próprios. A escolha dos meios a aplicar deve depender de uma análise cruzada entre as possibilidades estratégicas do próprio e as vulnerabilidades do outro.

O estratega conta com os meios que tem à sua disposição em determinado momento, mas cabe-lhe também prever e criar os seus próprios meios, pelo que deve incluir as fases de edificar, dispor e empregar os meios (Ribeiro, 2010b).

Nesta linha, que evidencia a estratégia como um processo, Silva Ribeiro vai ainda mais longe considerando como componentes fundamentais do conceito os elementos externos que podem intervir na estratégia, nomeadamente o meio (no que este significa contexto) e o tempo (referindo-se ao momento, duração e ritmo da acção) em que os meios são empregues (Ribeiro, 2010b).

1.2.4. Os objectivos

O poder da estratégia consiste na inteligência e na vontade com que um actor aplica as suas forças em prol da materialização dos seus objectivos prioritários. A estratégia é, por isso, uma actividade orientada, tendo sempre em vista os objectivos definidos.

Como nos diz Beaufre, “Or ces objectifs peuvent être offensifs (conquête, imposer l’acceptation de telle ou telles conditions onéreuses), défensifs (protection du territoire ou de tels ou tels intérêts) ou même viser simplement le statu-quo politique” (Beaufre, 1985, p.17). Independentemente do tipo de objectivo, a maioria dos autores (Ribeiro, 2010b; Silva, 1972; Martins, 1983) é consensual no que diz respeito ao facto de estes serem fixados pela política.

A definição prévia dos objectivos é fundamental no processo estratégico, já que permite estabelecer prioridades, contribuindo para a focalização dos actores no que realmente deve ser o cerne da estratégia.

1.3. DELIMITAÇÕES DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA

Na definição do conceito de estratégia tem sido amplamente discutida a ligação entre estratégia e política², procurando-se determinar qual das duas prevalece sobre a outra. Pelas definições que acabámos de defender acima, percebe-se que partilhamos da ideia de que a estratégia serve a política, ou não consideraríamos que os objectivos da estratégia são fixados por aquela.

Uma outra distinção pertinente na delimitação do conceito de estratégia prende-se com a relação estratégia/táctica. Nas concepções tradicionais, a táctica é vista como a forma de aplicação da estratégia. Vejamos, por exemplo, a perspectiva de Clausewitz (1873) segundo a qual a táctica corresponde à organização e direcção da acção no combate, ao passo que a estratégia tem como missão ligar os combates em si no sentido de cumprir os objectivos da guerra. Retiramos daqui que a táctica consiste na aplicação da estratégia ao nível da acção, tendo, por isso, um carácter mais pormenorizado e estando focada na duração da acção (curto-prazo) e no espaço. Já a estratégia ocupa-se da escolha, combinação e encadeamento das acções tácticas, tendo uma visão de longo-prazo ou de continuidade.

Na sua aplicação, a estratégia pode ser dividida em estratégias especializadas, adequadas a um determinado domínio particular de acção. Procurando explorar as diversas tipologias de estratégia, consideraremos as divisões de estratégia que se regem por: formas de coacção; estruturação dos meios; estilo de acção (Ribeiro, 2010b)³.

1.4. O NOSSO CONCEITO DE ESTRATÉGIA

Posta a explicitação sobre o conceito, e para efeitos de concretização da hipótese levantada inicialmente, consideraremos como estratégia a ciência e a arte de utilizar meios de coacção, materiais e morais, em ambiente hostil, com vista à concretização de objectivos disputados entre unidades políticas.

² Ver Relação entre Estratégia e Política no **Anexo 2**.

³ Ver as Tipologias de Estratégia no **Anexo 3**.

Um conceito inspirado pelas definições anteriormente apresentadas, que prevê as estreitas ligações identificadas com a política e com a tática, e definido segundo a perspectiva pós-moderna. Isto é, consideramos a estratégia no seu âmbito mais lato, quer em termos de objecto, quer em termos de actores, meios ou formas de acção.

No que diz respeito ao objecto, não o cingimos apenas à guerra, mas estendemo-lo a todas as situações de conflitualidade, no registo que intitulámos de dialéctica hostil.

Quanto aos actores, consideramos todas as unidades políticas do actual panorama das relações internacionais e não apenas os Estados.

Relativamente a meios, abarcamos forças materiais e morais e consideramos tanto formas de acção directas como indirectas.

Este uso alargado da estratégia não implica uma alteração substancial ao conceito, mas sim uma adaptação à realidade dos nossos dias, caracterizada por um sistema internacional complexo e heterogéneo em factos, actores e vontades. Um sistema em que o conflito não se faz representar apenas pela figura da guerra; em que a subversão toma um papel cada vez mais recorrente; e, logo, em que a estratégia precisa de dar resposta a novos desafios, cumprindo sempre os objectivos traçados.

Procuraremos analisar a relação entre os media e o terrorismo à luz deste conceito alargado de estratégia.

2. SOBRE O CONFLITO ESTRATÉGICO

Tendo em conta que a estratégia prevê sempre a existência de uma hostilidade, importa atentarmos à caracterização do conflito estratégico, que nos permitirá, posteriormente, aproximar o conceito da realidade terrorista.

No que toca à teoria sobre a estratégia do conflito, posicionamo-nos junto da linha que vê e analisa o conflito enquanto fenómeno inevitável no contexto das relações humanas e sociais. Schelling (1980) explica as diferentes posturas, distinguindo os que consideram o conflito uma patologia, procurando identificar as suas causas e possíveis tratamentos, dos que o dão como adquirido, focando-se sobretudo na interpretação dos comportamentos associados. De entre estes últimos, identifica ainda duas vertentes, a que analisa os comportamentos de uma perspectiva racional e a que estuda o conflito em toda a sua complexidade. Face a esta distinção, colocamo-nos neste último grupo que considera fundamental a análise dos conflitos, de forma a poder compreender os comportamentos dos participantes envolvidos e, a partir daí, identificar padrões que permitam antecipar futuros comportamentos.

António de Sousa Lara apresenta a conflitualidade como resultante do fenómeno de escassez do poder e das suas consequências (2009). Neste contexto, fala de uma Economia do Poder que, segundo o autor, “quase segue à risca a lei da Física relativa à impenetrabilidade da matéria e que diz, em resumo, que duas ou mais coisas não podem ocupar simultaneamente o mesmo espaço, mantendo constante a sua forma” (Lara, 2009, p.392). A escassez de poder jaz, por conseguinte, na base do conflito, levando a situações de luta, competição, negociação, etc.

A variedade de tipologias de conflito social e a presença das diversas formas na história das relações internacionais são reveladoras da importância de um estudo aprofundado acerca do conflito estratégico, que o considere no seu sentido mais alargado e em todas as suas dimensões e complexidade. Entendemos aqui por conflito não apenas situações de total oposição entre as partes envolvidas, mas também e sobretudo, dada a prevalência destes casos, situações de conflitualidade em que os participantes tenham interesses em comum.

Como nos diz Schelling, “Pure conflict, in which the interests of two antagonists are completely opposed, is a special case; it would arise in a war of complete extermination, otherwise not even war” (Schelling, 1980, p.4).

Nesta perspectiva, o sucesso no conflito não se restringe à vitória pelo aniquilamento contrário, mas é sobretudo encarado como a conquista da influência sobre o sistema de valores contrário, o que pode ser conseguido tanto pela aplicação de forças materiais como morais. A negociação ou a dissuasão, por exemplo, podem, em caso de existência de interesses comuns relevantes, ser as modalidades de acção ideais para a obtenção de superioridade. Assim, verifica-se, mais uma vez, que o conceito de estratégia, no contexto do conflito, não diz respeito apenas à aplicação da força, mas principalmente à exploração do potencial dessa mesma força. A teoria dos jogos (Neumann e Morgenstern, 1953) explica esta mesma situação com a expressão “jogos de soma variável”, que significa que nem sempre mais para um participante significa menos para outro.

A estratégia do conflito passa, desta forma, sobretudo pelo condicionamento do comportamento do contrário, a favor da concretização dos objectivos próprios. E o estudo da estratégia mostra-se fundamental para que o actor compreenda os comportamentos contrários, esteja ciente das oportunidades, riscos e consequências e consiga tomar decisões, surtindo o efeito desejado na outra parte.

2.1. O AMBIENTE ESTRATÉGICO

Um dos mais relevantes elementos de análise do conflito estratégico é o ambiente em que este decorre, uma vez que a estratégia se subordina necessariamente à natureza do ambiente. Um ambiente constituído tanto por atributos físicos, como metafísicos, e determinado tanto por componentes internas como externas.

A relevância do estudo do ambiente estratégico revela-se na necessidade de conhecer os factores internos e externos que podem condicionar o sucesso da estratégia e também pelo facto de qualquer estratégia visar ter um efeito concreto no ambiente estratégico, nem que esse objectivo se traduza na manutenção do *statu quo*.

O ambiente estratégico é, em si, um sistema complexo que articula o contexto interno e externo, envolvendo todas as relações, forças e fraquezas, oportunidades e ameaças. Tudo o que se sabe e é certo, mas também o que é apenas provável ou previsível, ou até mesmo o que se desconhece. Esta complexidade, que lhe é inerente, torna o ambiente estratégico no principal desafio à aplicação das forças para a concretização dos objectivos estabelecidos. “Conceptually, the model of strategy is simple – ends, ways and means – but the nature of the strategic environment makes it difficult to apply” (Yarger, 2006, p.17). Por estas razões, o sucesso da estratégia está amplamente relacionado com a capacidade de o estratega compreender a natureza do ambiente estratégico.

O *US Army War College* descreveu a natureza do ambiente estratégico com a sigla VUCA, traduzindo-se cada letra em: *volatility*, *uncertainty*, *complexity* e *ambiguity*. Segundo esta caracterização, o ambiente estratégico apresenta-se como dinâmico, assente em relativa instabilidade ou mesmo caos, cabendo à estratégia gerir essas qualidades.

A volatilidade refere-se ao facto de o ambiente estratégico estar sujeito a rápidas e súbitas mudanças, envolvendo, por vezes, rasgos de violência. A incerteza corresponde à instabilidade presente. As noções de verdade sofrem alterações e o que foi uma solução para um problema pode não ser para outro problema actual aparentemente igual. No que toca à complexidade, esta está naturalmente relacionada com as diversas partes que compõem o ambiente estratégico e que se relacionam, complementam, cruzam e sobrepõem entre si. O nível de complexidade torna praticamente impossível quer compreender inteiramente o todo, quer separar completamente cada uma das partes. Por fim, a ambiguidade reflecte-se no facto de existirem diversas perspectivas sobre as quais o ambiente pode ser considerado, o que permite interpretações várias e logo diferentes potenciais soluções.

Por todas estas características, a capacidade de entender o ambiente estratégico e de agir em conformidade com este em prol dos interesses da estratégia é, eventualmente, a tarefa mais árdua de um estratega.

Na senda da caracterização VUCA, alguns politólogos têm utilizado a Teoria da Complexidade ou a Teoria do Caos para reflectir sobre o funcionamento do ambiente estratégico, assim como sobre o processo de decisão estratégica.

O conhecido “efeito borboleta” de Edward Lorenz (2000) explica que sistemas complexos podem sofrer enormes alterações a partir de pequenas variações nas suas condições iniciais. Edward Lorenz (2000) veio desmontar a visão tradicional que considerava dois tipos de sistema – determinista e aleatório – e comprovar que um sistema determinista pode gerar um comportamento imprevisível, enquanto um sistema definido como aleatório pode não o ser. Desta perspectiva, o ambiente estratégico poderá ser visto como um sistema caótico que incorpora comportamentos aperiódicos e aleatórios.

Por outro lado, a conceito de complexidade aplicado ao ambiente estratégico explica a incapacidade de discernir a totalidade do ambiente estratégico pelo entrecruzar entre as diversas partes do todo, ou seja, pelas relações existentes entre as partes e pelos efeitos que provocam no todo. Demonstra ainda que o comportamento do todo é distinto daquele que resulta da mera soma das partes, o que o torna invariavelmente imprevisível. Desta perspectiva, o objectivo da estratégia não passa pela previsão, mas sim pela capacidade de compreender os diferentes elementos do ambiente estratégico.

Estamos face a um ambiente que vive tanto da linearidade como da não-linearidade, numa complexidade que o faz ser visto como um sistema de sistemas (Yarger, 2006) e que, nas relações internacionais, aponta para a questão do “dilema de segurança” (Hertz, 2003) dos Estados, uma vez que tanto as acções como as não-acções praticadas pelos diversos actores têm potencial de afectar os outros actores, criando uma enorme instabilidade pela presença do risco.

A complexidade do ambiente exige da estratégia uma leitura compreensiva, analisando a sua volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade e detectando as oportunidades de longo-prazo que as circunstâncias (leia-se ambiente, actores, tempo, espaço e meios) propiciam.

2.2. MODALIDADES DE ACÇÃO ESTRATÉGICA

“Todo o processo estratégico tem uma estrutura lógica ou esquema dialéctico, designado por modalidade de acção estratégica ou manobra estratégica” (Ribeiro, 2010b, p.99). Esta explica como se atingem os objectivos estratégicos, associando os meios aos objectivos e definindo quem faz o quê, onde e quando. Desta forma, a escolha de uma modalidade de acção estratégica deverá ter sempre em conta: o ambiente estratégico, o objectivo que se pretende alcançar, o contrário, bem como as suas forças, fraquezas e ainda os factores espaço e tempo. Importa prever as acções do outro e as suas reacções às acções próprias e conjugar os elementos da estratégia de forma a alcançar vantagem estratégica e a, simultaneamente, desequilibrar o centro de gravidade do contrário. Como refere Silva Ribeiro, “um golpe no centro de gravidade desequilibrará o contrário, provocará o colapso de toda a estrutura e a desarticulação do sistema” (Ribeiro, 2010b, p.184). Já Sun Tzu dizia: “Conhece o outro e conhece-te a ti mesmo. A vitória não estará em perigo. Conhece a terra e conhece o céu. A vitória será completa” (Tzu, 2002, p.88).

Uma questão fulcral da definição da modalidade de acção prende-se com a escolha de um modelo de acção que articule da melhor forma os elementos da estratégia com vista à concretização do objectivo traçado. Existem modelos determinados de acção estratégica⁴. No entanto, estes não encerram todas as possibilidades, permanecendo a estratégia aberta a excepções e novas abordagens. “Com efeito, basta que um dos factores de decisão mude, para estarem criadas condições que favorecem o aparecimento de outros modelos de acção estratégica” (Ribeiro, 2010b, p.228).

Tendo apresentado as bases teóricas do conceito de estratégia, passamos a abordar o fenómeno terrorista com o objectivo de o caracterizar à luz dos conceitos do domínio da Teoria da Estratégia, validando o seu cariz estratégico.

⁴ Ver Classificação de Modelos de Acção Estratégica proposta por Beaufre (1985) no **Anexo 4**.

3. SOBRE O TERRORISMO

A origem do conceito de terrorismo é distante, reportando as primeiras referências à Antiga Grécia e Roma (Dobkin, 1992). No entanto, é só durante a Revolução Francesa que o termo surge, associado às práticas dos dirigentes liderados por Robespierre entre Setembro de 1793 e Julho de 1794. Na verdade, o termo aparece sobretudo como voz de uma forma de violência que potencia o terror, a favor da imposição de ideologias. É o que se verifica na Revolução Francesa, mas também no anarquismo de Bakunine, no Marxismo-Leninismo de Staline, de Pol Pot e de Mao Tse Tung, e no nacional-socialismo de Hitler e Mussolini. O uso do terror surge na perspectiva religiosa dos fundamentalismos, mas também ligado a preconceitos raciais ou relativos a minorias e à luta contra invasores ou colonizadores (Martins, 2010, p.9).

Como hoje o conhecemos, o fenómeno terrorista ganha maior protagonismo já na segunda metade do século XX, quando se tornou num meio de acção política de uso frequente e alargado. O fenómeno é complexo e o seu significado tem sofrido alterações, oscilando entre o terror gerado pelo Estado na Revolução Francesa e a actividade mais recente de pequenos grupos políticos contra a ideologia dominante (Neumann, 2009).

De acordo com o Professor Sousa Lara, entende-se por terrorismo os actos de violência não legitimados, que visam coagir e intimidar uma população, gerando um ambiente de insegurança e de medo, por motivos políticos. Deste modo, o terrorismo caracteriza-se por: ter um carácter político; ser instrumental, porque não é um fim em si mesmo; ter sempre objectivos distintos mediatos e imediatos; ser fundamental o critério do benefício objectivo (Lara, 2009, p.536). Na mesma linha segue a definição de Paul Wilkinson (2000, p.19) que nos diz que o terrorismo é, acima de tudo uma arma, um método utilizado tanto por Estados como por organizações dentro dos Estados e motivado por uma panóplia de causas e objectivos políticos. O autor apresenta cinco características distintivas do fenómeno: é premeditado e visa gerar um ambiente de medo e terror; dirige-se a uma audiência mais lata do que aquela vitimizada pelo acto de violência; envolve ataques a alvos aleatórios ou simbólicos, incluindo civis; os actos são vistos pela sociedade como infringindo totalmente as

normas sociais; procura, por norma, influenciar, de alguma forma, o comportamento político.

Já a lei Americana define o terrorismo como “Premeditated, politically motivated violence perpetrated against noncombatant targets by subnational groups or clandestine agents usually intended to influence an audience...” (Title 22 of the United States Code, Section 2656f (d)).

Depois do 11 de Setembro, a NATO reviu a sua definição de terrorismo, apresentando-o como: “The unlawful use or threatened use of force or violence against individuals or property in an attempt to coerce or intimidate governments or societies to achieve political, religious or ideological objective” (NATO, Military Concept, 472)

Algumas definições, como a da lei Americana, apontam para actores ou para alvos específicos de terrorismo na explicação do fenómeno. Outras centram-se nos objectivos a alcançar. Segundo autores como Raúl Martins (2010) ou Raymond Aron (1984), o terrorismo deverá ser definido exclusivamente pelos seus métodos e não pelos agentes, objectivos ou alvos específicos (Martins, 2010, pp. 10-11). Desta perspectiva, o terrorismo é visto essencialmente como uma acção de exploração da violência que pretende deliberadamente causar efeitos psicológicos muito superiores aos físicos com vista ao cumprimento de fins políticos.

Consideramos, no entanto, que o terrorismo, nas formas como o presenciamos actualmente, reflecte uma realidade mais alargada, já que, como a história demonstra, poderemos estar face a acções terroristas com diversas motivações, perpetradas por diversos actores e contra alvos muito distintos. O que parece consensual e um elemento central para uma definição de terrorismo é o factor psicológico: “Terrorism is a kind of violence intended to influence or modify the behavior of one audience or various audiences by arousing fear, sowing confusion, promoting indiscriminate retaliation, stimulating admiration and arousing emulation” (Weinberg e Pedahzur, 2003, p.3). E, ainda que esta abordagem torne o conceito mais lato, consideramos que é a mais adequada.

Esta amplitude conceptual dificulta a definição e exige uma sistematização das tipologias de terrorismo⁵, bem como uma identificação daquela a que nos dedicaremos, com mais atenção, ao longo deste texto.

Para efeitos da análise proposta nesta dissertação, debruçar-nos-emos especificamente sobre o “terrorismo autónomo”, uma tipologia que “define por si os seus fins últimos e a busca exclusivamente, ou quase exclusivamente, pelo terror (...) e que será, portanto, um terrorismo dirigido contra o Estado, por vezes mesmo contra a sociedade em geral” (Martins, 2010, pp.17-18). Raúl Martins (2010, p. 18) divide ainda este Terrorismo Autónomo em sub-categorias, tendo em conta os objectivos a que se propõem. Assim sendo, considera:

- a) Radicalismos religiosos. Exemplos: fundamentalismo islâmico, xiita, sunita
- b) Radicalismos nacionalistas. Exemplos: ETA, IRA, movimentos palestinianos
- c) Radicalismos ideológicos. Exemplos: Brigadas Vermelhas, FP-25, Exército Vermelho

Sendo esta tipologia de terrorismo muito necessitada de apoios externos que viabilizem as acções a perpetrar, tem-se tornado, no contexto das relações internacionais, numa importante ferramenta de estratégias indirectas.

3.2. O NOVO TERRORISMO

Na segunda metade do século XX, o “terrorismo autónomo” ganha novas proporções e o crescente nível de violência, o extremismo revelado, assim como a evidente internacionalização do fenómeno, chamaram a atenção dos Estados e da Opinião Pública, de uma forma que não tinha acontecido até àquela altura. Visto como uma doença da sociedade moderna e uma das mais relevantes “novas ameaças”, este fenómeno tornou-se num tema relevante de estudo da Estratégia e das Relações Internacionais, em especial após os ataques de 11 de Setembro de 2001.

⁵ Ver Tipologias do Terrorismo no **Anexo 5**.

Dados os desenvolvimentos recentes dos fenómenos terroristas, estamos face a uma nova forma de terrorismo transnacional que se afasta da concepção mais tradicional que vingou nas décadas anteriores. Esta nova versão apresenta-se como a grande ameaça dos nossos tempos.

A este propósito, recorde-se Count de Murrailles (1992) que alertava para o facto de caminharmos para uma Quarta Guerra Mundial que apresentaria como grande elemento distintivo a existência de um novo inimigo. Um inimigo que vem de todas as partes do mundo e que é movido por um fanatismo extremo que justifica as acções mais surpreendentes e sobre o qual dificilmente se tem controlo. Para o autor, esta mudança de inimigo prefigura uma alteração no paradigma da guerra, agora desenvolvida com novos meios e novas motivações. Um conflito que Count de Murrailles (1992) define como uma “war of the mind”, uma vez que opõe sociedades, mas, acima de tudo, culturas distintas.

Na verdade, assiste-se na década de 90 do século XX a uma mudança de paradigma. Muitos dos grupos terroristas conhecidos até então decidem dar tréguas à violência (PLO – Palestinian Liberation Organization; IRA – Irish Republican Army; RAF – Red Army Faction), ao mesmo tempo que surgem novas formas de terrorismo que se apresentam como mais perigosas e extremadas. São exemplo disso o ataque ao World Trade Center em Nova York em 1993 ou o ataque com gás Sarin no metro de Tóquio em 1995. Estas novas formas de terrorismo surgem como fenómenos de violência imprevisível e, sobretudo, indiscriminada.

Independentemente desta crescente preocupação que parece apontar para uma nova forma de terrorismo, existem outros autores, como Wilkinson (2000) e Neumann (2009), que asseveram que as novas tendências do terrorismo não implicam necessariamente uma mudança no fenómeno que justifique falar em “novo terrorismo”. Neumann vê esta nova tendência do terrorismo como “a result of the very deep pie of changes in the global environment (...). Terrorism is a unique expression of these conditions” (Neumann, 2009, p.4).

De facto, a modernidade e o processo de globalização despoletaram mudanças. Neumann apresenta como algumas destas mudanças: a revolução da informação, com especial

destaque para a Internet, que permitiu um fluxo de informação e feedback de espectro global; a integração e fragmentação, inerentes à dialética da modernização e da globalização; a saturação dos media que faz com que os terroristas procurem formas cada vez mais ousadas de violência, com o intuito de captar a atenção e promover o efeito psicológico (Neumann, 2009, p.4-5).

Segundo este autor, houve, por conseguinte, uma evolução nos componentes do fenómeno terrorista, mas não a sua completa alteração. No que diz respeito aos componentes, Neumann identifica: a estrutura dos grupos que o perpetraram que, ainda que variando em dimensão, é sempre inferior ao adversário; o objectivo que consiste na transformação da ordem política ou social; e o método que consiste em actos simbólicos de extrema violência com o intuito de gerar o medo. De acordo com esta caracterização, percebemos que, de facto, o que está em causa com o intitulado “novo terrorismo” não é uma mudança que envolva outros componentes, mas eventualmente apenas a existência de uma evolução em cada um dos componentes.

Quanto à estrutura, se inicialmente os grupos terroristas simulavam a estrutura dos exércitos, adoptando um sistema hierárquico, optam agora por sistemas mais flexíveis de células, que diluem o tradicional centro de gravidade de um sistema hierárquico, tornam o grupo e as suas lideranças menos visíveis para o exterior, e logo evitam, em qualquer operação, comprometer a totalidade da organização. Os grupos terroristas tornam-se, assim, sistemas em rede, assentes nos contactos pessoais, estrutura que também facilita a acção transnacional, já que o espaço geográfico deixa de ser uma variável imprescindível (Neumann, 2009).

Relativamente aos objectivos, a principal tendência a registar passa por uma valorização dos objectivos religiosos. O extremismo religioso, associado ao nacionalismo, surge assim como a principal motivação dos grupos terroristas actuais.

No caso do método, a violência mantém-se como central. A diferença reside na expressividade dos ataques. Se até ao século XVIII os actos terroristas eram cometidos em relação a um indivíduo, a partir de então o terrorismo passou a compreender o uso de

violência para intimidar uma população ou grupo de pessoas, sendo o foco não tanto as mortes em si, mas o simbolismo destas e a sua capacidade comunicacional⁶. Mais recentemente, esse fenómeno evoluiu para um registo marcado pelo ataque em grande escala, mas indiscriminado e com contornos de extrema violência.

Consideramos, assim, que não se trata tanto de um novo tipo de terrorismo, mas tão-somente da evolução de um fenómeno que tem acompanhado a história.

3.3. O TERRORISMO COMO ESTRATÉGIA

De uma perspectiva teórica e tendo em conta a definição dos conceitos de “estratégia” (versão alargada) e de “terrorismo” (tomado como terrorismo autónomo), consideramos neste texto a possibilidade de o terrorismo prefigurar o quadro de um fenómeno estratégico. Acreditamos que a acção terrorista pode ser tomada como uma forma de acção de uma estratégia política mais vasta, mas que o terrorismo enquanto fenómeno detém o carácter de estratégia⁷. Procuraremos verificar a concordância dos dois conceitos (estratégia e terrorismo), revisitando os elementos constitutivos da estratégia:

3.3.1. Os objectivos

“For years the press has portrayed terrorists as crazy extremists who commit indiscriminate acts of violence, without any larger goal beyond revenge or a desire to produce fear in an enemy population” (Kydd e Walter, 2006, pp. 51-52). Com a evolução do fenómeno e um estudo mais aprofundado do mesmo, percebemos, no entanto, que o terrorismo segue os

⁶ Na senda do simbolismo do Terrorismo, ver a perspectiva do Terrorismo como Comunicação no **Anexo 6**.

⁷ A este respeito reveja-se a distinção feita por Raúl Martins entre “acção terrorista” e “terrorismo”: “A primeira refere o acto que pode ser praticado, ou de forma sistemática, ou esporadicamente, por qualquer agente, político ou não, quando no uso da violência. A segunda refere-se a uma forma particular de violência, que se objectiva na prática de acções terroristas com finalidade expressamente política” (Martins, 2010, p.10).

seus próprios objectivos de índole política. De entre estes, podemos distinguir entre os objectivos imediatos e os de médio ou longo prazo. Como intenção imediata identificamos o terror. Ou seja, a pressão psicológica que exercem as acções terroristas pela aplicação de uma violência exacerbada sobre alvos indiscriminados e que têm em vista uma determinada reacção por parte do contrário. Outro objectivo imediato e comum dos actos terroristas é a “proclamação da existência e determinação dos grupos terroristas que os praticam” (Martins, 2010, p. 56).

No que diz respeito aos objectivos de médio e longo prazo estes não derivam do acto terrorista isolado, mas sim do encadeamento prolongado de diversas acções. Neste contexto, consideramos a classificação de Kydd e Walter (2006) que resume o fenómeno terrorista a cinco objectivos-tipo: mudança de regime; mudança territorial; mudança de política; controle social; manutenção do *statu quo*⁸. Em alguns casos, poder-se-á verificar a coexistência de mais do que um destes cinco objectivos finais.

3.3.2. Os meios

Os grupos terroristas recorrem a diversos meios para a concretização dos seus objectivos. Os meios materiais privilegiados são o armamento e os explosivos que aqueles conseguem obter por elementos externos simpatizantes ou patrocinadores que contribuem para o financiamento dos grupos. Não se trata de uma enorme disponibilidade de meios, mas o sucesso das acções terroristas está na concentração desses meios em acções cirúrgicas e planeadas no tempo.

Um dos grandes receios dos Estados actualmente tem a ver com o potencial uso de armas de destruição maciça pelos grupos terroristas. Referimo-nos a armas químicas, biológicas e nucleares. A verdade é que as armas químicas são de fácil obtenção e utilização e as biológicas, ainda que necessitando de laboratórios para a sua preparação e pessoal técnico

⁸ Veja-se, no **anexo 9**, a aplicação, referida por Kydd e Walter, desta classificação a uma lista de organizações terroristas.

especializado, não são impossíveis de serem produzidas e manobradas por grupos com uma boa organização e acesso aos materiais e ao conhecimento necessários. Só as armas nucleares se revelam mais difíceis de obter e de colocar em acção.

Segundo Raúl Martins, o facto de não se verificarem mais casos de aplicação de armas químicas e biológicas poderá ficar a dever-se ao potencial impacto negativo que este tipo de acção terá na demanda terrorista. Da perspectiva material, pelo facto de estas armas dificultarem a capacidade de concentração dos seus efeitos no espaço e no tempo, gerando o objectivo de provocar um evento dramático. Da perspectiva psicológica, pelo impacto negativo que tal acção poderia ter na opinião pública, gerando reprovação, perda de apoios, dissensões dentro do próprio grupo e uma luta antiterrorista mais intensa. Independentemente da baixa probabilidade de aplicação de armas de destruição maciça, este é um dos temas que importa monitorizar continuamente e antever no desenvolvimento de planos preventivos.

Para além das armas, os grupos terroristas fazem uso das novas tecnologias - como a internet, a tecnologia *mobile* ou mesmo o *instant messaging* -, garantindo um alcance global que lhes permite estar em contacto com os seus elementos, gerindo e planeando acções sem a necessidade de um centro de gravidade geográfico. Permite transmitir a mensagem, mantendo a clandestinidade. Permite alimentar filosofias e simpatias, recrutar novos membros.

Recursos relevantes são ainda os media que garantem a amplificação dos ataques terroristas à escala global, contribuindo largamente para a exploração do objectivo psicológico imediato. “In national terms, the physical damage from a single terrorist act is usually relatively small (...) but the damage to public morale is heavier (...). Terrorist organizations have assigned the media a key role in increasing this damage” (Ganor, 2002, p.26).

Todos estes meios representam as forças dos grupos terroristas e, no seu conjunto, o potencial estratégico que deve ser avaliado e considerado no contra-terrorismo⁹.

3.3.3. A dialéctica hostil

Num fenómeno que se caracteriza pela aplicação indiscriminada de violência contra determinado alvo, parece óbvia a existência de hostilidade, mas esta só acontece, na verdade, se existirem actores contrários e com objectivos opostos ou, pelo menos, não compatíveis. No caso do fenómeno terrorista autónomo, este decorre num contexto de oposição entre um grupo terrorista e uma outra unidade política que lhe é superior, como um Estado.

Nascidos na clandestinidade, estes grupos terroristas ambicionam uma transformação do poder instalado e recorrem à violência para dar voz à sua causa. Por norma com deficientes recursos materiais, os grupos terroristas são muito dependentes de apoios externos.

Do lado dos Estados, a problemática do terrorismo ganhou especial interesse com a sua evolução e actuação transnacional. Inicialmente, muitos tomaram o terrorismo como um fenómeno localizado numa região e longe das suas realidades. Mas a ameaça tornou-se maior, assim como a necessidade de resposta. De facto, como nos diz Ganor, “when terrorist attacks began to threaten international transportation routes, tourism, and economic interests, then terrorism began to be seen as a palpable problem shared by most countries in the world” (Ganor, 2002, p. 28).

Tornando este fenómeno ainda mais complexo, o estudo das relações internacionais deixa-nos também perceber que os Estados não são só alvos do terrorismo, mas que também podem ser seus promotores. Foi o que sucedeu com a União Soviética, a Líbia, o Sudão, o Irão, a Síria ou a Alemanha de Leste. Além de providenciarem o apoio externo essencial à sobrevivência dos grupos e estratégias terroristas, estes Estados têm mesmo, em alguns

⁹ Por contra-terrorismo entende-se, de acordo com a definição da NATO - MC 472: “Offensive measures used to reduce the vulnerability of forces, individuals and property to terrorism, to include Counter-force activities and containment by military forces and civil agencies”.

casos, sido responsáveis por determinados ataques, vendo no terrorismo uma forma *low cost* de alcançarem os seus propósitos.

Por outro lado, para além dos actores em oposição, existe um outro actor fundamental no fenómeno terrorista: a opinião pública. Os governos são fundamentais aos terroristas pois são eles que podem ceder no sentido do cumprimento do objectivo final de determinado grupo. A opinião pública, por sua vez, pode ser determinante pela pressão que exerce sobre os governantes e pelo apoio e meios que pode providenciar aos terroristas (Kydd e Walter, 2006).

A hostilidade reflecte-se ainda nas reacções dos Estados aos ataques terroristas, isto é no contra-terrorismo. O contra-terrorismo deve ter em conta todas as especificidades da conjuntura, assim como as componentes da acção terrorista em questão, já que cada caso tem as suas especificidades. No desenvolvimento do contra-terrorismo, mostra-se fundamental a aposta numa estrutura de informação de elevada qualidade que permita analisar a acção contrária, a natureza do grupo terrorista em causa, as suas motivações, objectivos, *modus operandi*, bem como as suas fragilidades e antecipar acções nesta dialéctica hostil.

3.3.4. A actividade

As dificuldades de definição do terrorismo são demonstrativas da complexidade do conceito e das diferentes perspectivas como pode ser analisado. Numa tentativa de sistematização, Martha Crenshaw (1981) afirma existirem duas correntes teóricas de explicação do fenómeno terrorista. Uma que o perspectiva como uma actividade de natureza essencialmente racional, em que a violência adquire a qualidade de instrumento ao serviço da concretização de um objectivo político que guia a lógica estratégica. A outra corrente vê o terrorismo como uma actividade emocional, uma “exteriorização de compulsões psicológicas” que só posteriormente são racionalizadas e fazem com que a violência seja mais um fim do que um meio.

Pelo que já fomos apresentando como características do fenómeno terrorista, somos da opinião que a complexidade do conceito resulta do facto de este não comportar apenas uma das correntes. Consideramos, pelo contrário, que o terrorismo, enquanto actividade, conjuga aspectos racionais e emocionais, arte e ciência, de uma forma que o torna muito mais indecifrável, assim como difícil de combater.

Da perspectiva racional, a actuação dos grupos terroristas revela preparação, demonstrando que estes dominam diversos tipos de matérias e ciências: história, economia, ciência política, antropologia, direito, química, biologia, etc. De resto, os países ocidentais têm sido pólos de formação de elementos destes grupos terroristas que compreendem a importância do domínio destas ciências.

No que diz respeito à perspectiva emocional, esta é, sem dúvida, um elemento distintivo da actuação terrorista. Partindo da sua inferioridade em termos de meios materiais, grande parte do potencial terrorista centra-se nas forças morais e na capacidade de infligir o medo junto da população e governantes contrários. Neste sentido, o terrorismo apresenta-se como um movimento de propaganda que envolve acções de carácter psicológico que promovem a adesão voluntária pela persuasão ou, forçadamente, pela violência.

Esta vertente psicológica é conseguida quer pela espectacularidade dos ataques terroristas geradores de medo, quer pela cobertura global destes por parte dos media que amplificam a mensagem, o terror e, logo, a pressão.

Por outro lado, importa igualmente considerar a mente que está por detrás dos ataques terroristas. Tal como o sucesso da estratégia depende da arte do general, também os grupos terroristas seguem uma liderança forte.

Por todos estes factores, consideramos que o fenómeno terrorista segue tanto a ciência como a arte.

Depois de percorrer os diversos componentes do terrorismo à luz da estratégia, concluímos que o terrorismo pode ser entendido como estratégia, uma vez que se lhe poderia aplicar a definição: a ciência e a arte de utilizar meios de coacção, materiais e morais, em ambiente hostil, com vista à concretização de objectivos disputados por unidades políticas.

Importa, porém, ainda debruçarmo-nos sobre o contexto em que se insere e as suas modalidades de acção, para obtermos uma verdadeira caracterização estratégica do fenómeno.

3.4. O AMBIENTE ESTRATÉGICO DO TERRORISMO

O terrorismo enquadra-se num contexto de subversão¹⁰, representando esta uma transgressão de uma ideologia e, por norma, a existência de uma outra ideologia que se lhe opõe.

Mas qual o cenário em que decorre esta manifestação subversiva? Autores como Neumann (2009) ou Cronin (2002-2003) atribuem grande relevância à globalização, não como causa do terrorismo, mas como contexto ou ambiente propiciador de fenómenos subversivos e, logo, também do fenómeno terrorista.

A globalização está enraizada na nossa vida e é um fenómeno económico, mas também político e sociológico, na medida em que implica transformações sociais e culturais. Está longe de ser um processo simples e consensual. Os problemas de dimensão, de ocidentalização e de desequilíbrio social constituem base de contestação. “One of the most worrying features of world society today is that increasing globalization is not matched either by political integration or by the reduction of international inequalities of wealth and power” (Giddens, 1989, p. 501). E a revolta por detrás das injustiças sociais, das opressões

¹⁰ Entende-se por subversão “toda a acção de alcance político-social desencadeadora de um processo de mudança rápida, de afectação social ampla e profunda, geralmente desencadeador de reacções em cadeia, com a finalidade de atingir o ponto de ruptura de um determinado sistema social e a conseqüente situação de desorganização social, geralmente sem periodicidade certa e determinável e utilizando modelos afins, todos eles caracterizados pela forma ilegal de intervenção, com intenção premeditada a uma alteração profunda de uma determinada conjuntura” (Lara, 2009, pp.380-381).

políticas e religiosas pode ser fonte de violência. Recorde-se Cronin quando nos diz que “in an era where reforms occur at a pace much slower than is desired, terrorists today, like those before them, aim to exploit the frustrations of common people” (Cronin, 2002-2003, p.35).

Por outro lado, a globalização, pelas infinitas possibilidades de trocas de bens e de informação sem fronteiras que proporciona, cria condições para a acção terrorista. Permite que os grupos descentalizem as suas operações e que mantenham a clandestinidade. Dá acesso a armamento, a tecnologia e a informação que permitem concretizar os ataques, recrutar novos membros, alargar a causa e ampliar o alcance da mensagem.

A abertura do sistema internacional, inerente à globalização, gera um ambiente de desenvolvimento do terrorismo que, tal como o ambiente estratégico conceptualmente definido, se apresenta como altamente complexo, volátil, incerto e ambíguo¹¹.

A complexidade decorre dos diversos actores que intervêm no fenómeno. Não se trata apenas dos actores em oposição, mas igualmente da opinião pública, dos media e ainda de actores apoiantes das partes, como é o caso dos Estados patrocinadores. Os diversos actores relacionam-se entre si de forma diferenciada, de acordo com os objectivos que cada um almeja atingir.

O ambiente revela-se igualmente volátil, na medida em que a surpresa é o *modus operandi* do terrorismo. A dificuldade de controlar o fenómeno terrorista jaz, precisamente no facto de decorrer na clandestinidade e usar a surpresa como arma essencial.

A incerteza resulta da instabilidade característica de qualquer dialéctica hostil, pelo desconhecimento e dificuldade de prever as acções do contrário. O dilema da segurança também se encontra presente no caso do fenómeno terrorista. Sob a ameaça das armas de destruição maciça, este dilema potencia ainda mais a violência que é descrita por Kydd e Walter como “costly signals” (Kydd e Walter, 2006, p.58). Isto é, os grupos terroristas

¹¹ Recorde-se a sigla VUCA como a caracterização feita pelo *US Army War College* do ambiente estratégico (vide p.19)

recorrem a acções que representam custos tão elevados que jamais seriam perpetradas por actores que apenas pretendem fazer *bluff*.

Por último, consideramos que o ambiente em que decorre o fenómeno terrorista se caracteriza também pela ambiguidade, já que permite o desenvolvimento de diversas perspectivas sobre o fenómeno, dando origem a diversas interpretações que, mais uma vez, remetem para uma maior complexidade. Neste campo, a actuação dos media mostra-se determinante, uma vez que a sua narrativa promove a criação e disseminação de histórias que consubstanciam os diversos pontos de vista e que levam a interpretações várias da realidade.

3.5. AS ESTRATÉGIAS DO TERROR

No que toca à classificação da acção do terrorismo enquanto modalidade de acção estratégica, notamos um claro predomínio do estilo de acção indirecto. Na verdade isto é válido para praticamente quase todas as situações de conflito da actualidade. Citando Raúl Martins, “a natureza da situação mundial tornou difícil, ou mesmo impossível, conforme os casos, o recurso à estratégia directa (...) para solução de um grande número de conflitos, tendo por isso aumentado a frequência e a vantagem do emprego da estratégia indirecta” (Martins, 2010, p.83). Razão pela qual se fala na paralisia da acção militar e na força que esta situação dá a pequenas potências ou unidades políticas que encontram noutros meios uma força de oposição.

No caso do fenómeno terrorista, esta prevalência da estratégia indirecta resulta não só do contexto internacional, mas das próprias características intrínsecas ao terrorismo. Kydd e Walter dizem-nos, a este propósito, que “Terrorists are too weak to impose their will directly” (Kydd e Walter, 2006, p.58). Quando falam em fraqueza, os autores referem-se sobretudo à falta de forças materiais. Esta falta é, no entanto, compensada pelas forças morais que justificam a opção pela estratégia indirecta. Ainda que sejam usados meios militares em acções terroristas, revelam-se especialmente relevantes as estratégias particulares política, económica e, acima de tudo, a psicológica (Kydd e Walter, 2006).

Recordemo-nos que as acções terroristas têm uma componente de “teatralização” com vista à geração de medo numa audiência com capacidade de influência sobre o poder vigente. De registar ainda que grande parte dos meios materiais e militares detidos pelos grupos terroristas são fornecidos por apoiantes da causa ou ideologia defendida. Em suma, na “war of the mind” (Marranches, 1992) é sobretudo o lado mais emocional do fenómeno que contribui para o seu sucesso.

Atentando sobre as modalidades de acção indirecta¹², revemos no terrorismo, tal como na guerra subversiva, uma propensão para o uso do desgaste e das manobras de lassidão, que numa estratégia de longo-prazo, contribuem para diminuir o contrário nas suas forças materiais e, principalmente, ao nível das suas forças morais, ao mesmo tempo que permitem a preservação e reforço dos meios militares e, logo, da sua capacidade de oposição. O desgaste é conseguido também, em grande medida, pelos artefactos psicológicos.

Para além destas modalidades, importa considerar na caracterização da acção terrorista a acção indirecta de neutralização que explora um outro aspecto muito caro aos grupos terroristas: o factor surpresa. Da nossa perspectiva, esta foi a modalidade por excelência no ataque de 11 de Setembro de 2001 que procurou, acima de tudo, abalar o centro de gravidade do contrário, pela acção súbita capaz de explorar ao máximo a liberdade de acção possível e de concentrar num só momento um grande número de recursos para a obtenção do efeito de espectáculo. A acção súbita e de grande impacto é, de facto, uma forma de acção característica do terrorismo dos nossos dias. A sua escolha prende-se com os resultados que alcança: emoção/reacção que gera na audiência; capacidade alargada de mediatização e possibilidade de afirmação como uma ameaça real. Um ataque deste género é, afinal, o que, como já vimos, Kydd e Walter (2006) intitularam de “costly signal”.

Por último, consideramos ainda o recurso a acções sucessivas, que conjugam tanto acções directas como indirectas, ao longo do tempo, desdobrando um objectivo maior em objectivos parcelares que vão sendo cumpridos gradualmente. Na verdade, como referimos

¹² Ver **Anexo 4**.

anteriormente, a maioria das acções terroristas têm em vista um objectivo que não é o final, mas sim parcelar, devendo-se considerar a modalidade de acção terrorista o somatório das diversas acções e, logo, dos diversos objectivos. Atente-se na actuação do auto-proclamado Estado Islâmico e na forma como conjuga investidas bélicas, com acções mediatizadas de decapitação de jornalistas americanos, com a destruição massiva de cidades históricas sírias ou com a difusão de comunicados proferidos por jovens recrutas provenientes de todo o mundo. Isto é, na forma como conjuga meios materiais e morais, em acções diversas ao longo do tempo, procurando reforçar gradualmente a sua posição de força.

As modalidades de acção estratégica adequam-se na perfeição à análise do fenómeno terrorista, reforçando a pertinência da sua caracterização como estratégia que privilegia o modo indirecto. Kydd e Walter (2006) identificam como modalidades de acção próprias do fenómeno terrorismo: *attrition, intimidation, outbidding, spoiling e provocation*¹³. Vejamos em detalhe cada uma.

¹³ Ver Caracterização das Modalidades de Acção Próprias do Terrorismo de Kydd e Walter (2006) no **Anexo 7**.

4. SOBRE OS MEDIA

4.1. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSAS

Os meios de comunicação social desempenham o papel de intermediários, de veículos de informação/conteúdos sobre a actualidade. Esse papel começou por ser desempenhado pelos jornais que condensavam num só suporte, e de forma acessível, todo o tipo de informação: actualidade, publicidade e entretenimento. Durante mais de meio século, os jornais foram a forma privilegiada de transmitir esta informação a um público cada vez mais massivo. Capacidade que só se viu reduzida pelo surgimento da rádio, numa primeira instância, do cinema, posteriormente, e finalmente da televisão.

A televisão e a representação que esta tem nas nossas vidas é, sem sombra de dúvida, o maior desenvolvimento dos meios de comunicação de massas dos últimos anos. Ainda que a Internet, com a sua instantaneidade e *networking*, nos tenha já aberto tantas outras perspectivas de comunicação, não atingiu ainda o fenómeno que foi, e ainda é, a televisão - a força das imagens que, de repente, se tornaram tão mais acessíveis, mais próximas, mais reais. Nestas últimas décadas, a televisão tornou-se uma parte fulcral da experiência de cada um de nós. Como nos diria Giddens, os media, e em especial a televisão, são “agências de socialização” (Giddens, 1989). Neste sentido, os meios de comunicação de massas integram-se na nossa realidade e na percepção que temos desta, assemelhando-se o seu contributo à influência que a família ou o grupo de amigos tem nas nossas formas de acesso ao conhecimento.

O aumento do número de rádios e televisões a emitir um pouco por todo o mundo, contribuiu para o crescimento do mundo da comunicação e para a constituição de um sistema complexo de produção, distribuição e consumo de informação à escala global. Neste sistema, as mensagens são transmitidas a grande distância com relativa facilidade, dando acesso à informação a indivíduos que se encontram longe da sua origem.

A comunicação electrónica veio omitir o factor “distância”, criando uma nova ordem de espaço e de tempo.

Por fim, o desenvolvimento de novos media, como a internet, veio permitir uma ainda maior proliferação de informação, mas desta feita uma informação não sujeita ao controlo ou selecção jornalística. Uma informação que pode ser produzida por todos para chegar a todos, sem qualquer filtragem (*gate keeper*) ou interpretação das mensagens. Dão acesso directo a uma vasta audiência e a possibilidade de se manter o anonimato, o que os torna uma plataforma atractiva para grupos terroristas ou extremistas que encontram aqui a oportunidade de transmitir as suas mensagens sem qualquer edição. Para além disso, a internet não implica elevados recursos e permite a divulgação de mensagens através de qualquer formato: escrito, por voz ou imagem.

4.2. A INFORMAÇÃO E O DILEMA DA OBJECTIVIDADE

O objecto dos meios de comunicação de massas é a informação exacta, factual e fundamentada, razão pela qual os jornalistas sempre foram movidos por uma elevada consideração ética que os faz apelar recorrentemente à objectividade e à independência do seu trabalho, bem como à distanciação relativa a interesses de carácter económico: “O jornalista deve relatar factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados (...). A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público. O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo (...) recusar funções, tarefas e benefícios susceptíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional. O jornalista não deve valer-se da sua condição profissional para noticiar assuntos em que tenha interesses” (Código Deontológico dos Jornalistas, 1993).

Segundo esta missão, o acesso à verdade deveria ser mais automático do que verificamos diariamente na cobertura mediática, marcada por sensacionalismo ou mesmo por informação errónea. De igual forma, seria de pensar que a multiplicidade de meios de comunicação que temos hoje à disposição nos desse acesso a uma maior diversidade de informação, perspectivas e contrapontos. No entanto, tal não se verifica. Se compararmos as capas dos jornais de um mesmo dia, vemos que os temas se repetem consecutivamente. O

que estará, por conseguinte, na génese desta prestação dos media e do seu desvio daquele que é o seu objectivo primordial de informação?

Consideramos que o desvio está associado a diversos factores. Em primeiro lugar, a objectividade é difícil de justificar já que os jornalistas não conseguem abolir a subjectividade na relação que estabelecem com o acontecimento, quando o avaliam, o seleccionam e o divulgam. Isto torna-se especialmente relevante quando o jornalista aborda um mundo global e complexo que exige capacidade de selecção, racionalização e simplificação.

Por outro lado, a exigência de rapidez reduz o tempo para a investigação, fundamentação das notícias e gestão do contraditório. O tempo condiciona ainda a “Escola”. Se há uns anos atrás, um jornalista fazia a sua carreira, tipicamente, dentro do meio de comunicação em que trabalhava, aprendendo com os colegas e com os editores, hoje em dia, a precariedade no mercado de trabalho cria uma rotatividade crescente e uma menor aposta nos talentos.

Por último, registamos ainda a dependência económica dos media das grandes empresas proprietárias, anunciantes ou mesmo do Estado que interfere na capacidade de providenciar uma informação desinteressada. Isto é visível, por exemplo, no crescente número de imprensa escrita que solicita publicidade como contrapartida editorial. Estamos, por conseguinte, face à hegemonia do primado da economia que altera as condições e, logo, o resultado do processo de informação e comunicação.

Deste modo, a objectividade tão cara ao jornalista apresenta-se cada vez mais improvável e a deontologia tende a ceder lugar, cada vez mais, “à competição mercantil, amoral e implacável” (Letria, 2001, p.22).

4.3. A QUESTÃO DOS EFEITOS DOS MEDIA

O papel dos media como intermediário entre a realidade e a opinião pública tem levantado algumas questões relativamente à sua capacidade de influenciar os públicos, guiando ou condicionando a forma como adquirem conhecimento. Será que ao providenciar a

informação, a experiência e ao ordená-la segundo um determinado modelo, os meios de comunicação de massas têm influência na forma como interpretamos o mundo e na resposta social que lhe damos? Esta questão é especialmente relevante no contexto da cobertura mediática do terrorismo. Será que a cobertura dos media influencia a nossa visão do fenómeno e dos seus actores? Será que os media nos transmitem o fenómeno tal como ele acontece ou ele resulta de uma construção do evento feita pelos próprios media?

Com o intuito de compreender o papel dos media na sociedade, foram desenvolvidos diversos estudos que produziram várias teorias¹⁴. Uma leitura de toda a investigação em torno desta problemática dos efeitos leva-nos a perceber que os meios de comunicação social têm um papel concreto na nossa sociedade, em especial no que se refere ao impacto cognitivo sobre a sua audiência: a forma como temos acesso à informação, o tipo de informação recebido, a valorização atribuída e a forma como constitui a realidade que nos envolve.

¹⁴ Ver as Teorias dos Efeitos dos Meios de Comunicação de Massas no **Anexo 8**.

5. SOBRE A RELAÇÃO MEDIA/TERRORISMO

5.1. O FACTOR PSICOLÓGICO, A INFLUÊNCIA E OS MEDIA NOS CONFLITOS MODERNOS

Algo que parece consensual em qualquer definição de terrorismo é a importância dada à componente psicológica, e que se evidencia tanto no objectivo dos grupos terroristas de gerar o medo, e com isso exercer pressão junto da opinião pública e dos Governos para a alteração do *statu quo*, como nas manobras de contra-subversão que lhes servem de resposta.

Apesar de a preponderância da estratégia psicológica ser mais notória na história recente, a sua relevância não é nada de novo. Senão, vejamos os ensinamentos de Sun Tzu que datam de 500 a.C. e que afirmam: “alcançar uma centena de vitórias numa centena de batalhas não é a excelência suprema. Submeter o inimigo sem combater é a excelência suprema” (Tzu, 2002, p.33).

De facto, sucesso da estratégia pode estar menos relacionado com a força empregue e mais com o ambiente psicológico que se inflige ao contrário e também, e sobretudo, aos actores que influenciam ou podem exercer pressão sobre o contrário. Ao disseminar o terror junto da opinião pública, os grupos terroristas procuram pressionar e obter cedências por parte dos Governos.

Nos tempos modernos, o conflito ultrapassa em muito aquilo que é o seu território e a “guerra faz-se e ganha-se, também no terreno difuso das opiniões públicas, no palco e bastidores das instâncias internacionais, no controverso campo da comunicação mediática (...). O Jogo psicológico é, mais do que nunca, total e permanente” (Silva, 2000, p.5).

Num mundo globalizado, complexo e hipermediatizado, colocam-se novos desafios aos estratégias que os obrigam a considerar com especial atenção os factores psicológicos. Importa que aqueles saibam compreender os interesses dos diversos actores e distinguir a realidade daquilo que poderão ser as percepções dos actores sobre essa mesma realidade, e que saibam encontrar a melhor forma de influenciar essas percepções no sentido do

cumprimento dos seus objectivos. Tal é possível através do uso de estratégias psicológicas de que são exemplo a propaganda¹⁵, contra-propaganda¹⁶, informação pública e comunicação.

Face à hipermediatização dos conflitos, a que hoje assistimos, e em especial dos fenómenos terroristas, a questão que se coloca é a de saber qual o papel dos media nas estratégias psicológicas. São apenas um meio a utilizar e a reforçar o potencial estratégico dos grupos terroristas ou será que, pela sua capacidade de influência e liberdade de acção, deverão ser considerados como um actor em relação no quadro estratégico?

5.2. A COBERTURA MEDIÁTICA DO TERRORISMO

“A informação ocupa um lugar cada vez mais importante na vida internacional. A sua circulação é vital para cada país e para a comunidade mundial” (Woodrow, 1996, p.213).

O papel de intermediário dos media ganha uma nova relevância com o surgimento da televisão que opera uma transformação no sistema mediático. Nestas últimas décadas, a televisão tornou-se um elemento de cultura, de percepção do meio em que estamos inseridos, uma verdadeira “agência de socialização” (Giddens, 1989)¹⁷.

O que se tem verificado na cobertura mediática de fenómenos terroristas é que existe uma relação entre os media e o terrorismo, que faz com que aqueles pareçam contribuir para servir os objectivos terroristas. Uma relação estranha, porque paradoxal: um dos baluartes da sociedade democrática como alavanca de um fenómeno subversivo.

¹⁵ Entenda-se propaganda como “difusão deliberada e sistemática de mensagens destinadas a um determinado auditório e visando criar uma imagem positiva ou negativa de determinados fenómenos (pessoas, movimentos, acontecimentos, instituições, etc.) e a estimular determinados comportamentos. A Propaganda é, pois, um esforço consciente e sistemático destinado a influenciar as opiniões e acções de um certo público ou de uma sociedade total.” (Bobbio, 2004, p.1018).

¹⁶ A contra-propaganda caracteriza-se por ser uma propaganda de combate às teses propagandísticas do contrário e constitui uma poderosa arma para anular os efeitos da propaganda.

¹⁷ Na perspectiva em que providencia toda uma variedade de informação aos indivíduos que de outra forma não lhes chegaria.

Nacos (2006, p.1) fala-nos numa relação simbiótica em que cada parte “alimenta” a outra. O terrorismo necessita de cobertura mediática para alcançar os seus objectivos de propagação da mensagem e de disseminação do terror. “Without massive news coverage the terrorist act would resemble the proverbial tree falling in the forest: if no one learned of an incident, it would be as if it had not occurred” (Nacos, 2000, p.175). Por outro lado, os media precisam da dimensão trágica e do factor surpresa que os actos terroristas trazem. “A cobertura da violência terrorista é, em primeira análise, um momento de trabalho informativo, no qual as imagens e as palavras são a mais poderosa das denúncias do horror. Mas é precisamente esta cobertura que as organizações terroristas procuram, pois dela depende a eficácia plena do acto de destruição (Letria, 2011, p.14).

Destacamos dois efeitos cognitivos dos media no que toca à cobertura mediática do fenómeno terrorista: *agenda-setting* e construção da realidade ou *framing*.

O *agenda-setting* está relacionado com a cobertura dada pelos media ao fenómeno terrorista, aportando-lhe interesse público. Só o mero facto de ser notícia faz com que o fenómeno se torne real na vida da opinião pública. Da mesma forma, se lhe for dada uma cobertura alargada ou se se evidenciar a prioridade deste tema sobre todos os outros da actualidade, os media estão a atribuir ao fenómeno uma valoração e relevância que contribui para a conquista terrorista de objectivos preliminares como a atenção e a disseminação do medo.

O efeito de agenda-setting, quer pelo aprofundamento do tema - com reportagens extra, documentários ou comentários - quer pela repetição da notícia, leva ainda à explicação da causa terrorista e das suas motivações, permitindo aos grupos terroristas obter reconhecimento e respeito por parte de seguidores e potenciais seguidores que vêem atingidos os objectivos a que os terroristas se propuseram.

No que diz respeito à construção da realidade, este é um efeito amplamente explorado pelos terroristas, na tentativa de que os media forneçam a sua perspectiva sobre a realidade. Concretiza-se na utilização de uma nomenclatura própria, assim como na

construção e disseminação de mensagens e vídeos que pretendem criar uma moldura delimitadora do fenómeno, contornando a função de *gatekeeper* dos media.

Desta forma, parece claro que os grupos terroristas revêem nos media o potencial de despoletar efeitos cognitivos e sabem fazer uso destes no sentido de alcançar os seus objectivos: “(...) terrorists know that violent incidents and the mere threat of terrorism in the aftermath of major strikes accomplish one of their primary goals – to intimidate their target publics and force government to react and often over-react” (Nacos, Bloch-Elkon e Shapiro, 2007, p. 106).

Diversos autores, como José Jorge Letria (2001), identificam o episódio ocorrido nos Jogos Olímpicos de Munique de 1972 como o primeiro caso em que a relação media/ terrorismo surge em todo o seu fulgor. A organização deste ataque teve em conta o carácter mediático dos Jogos Olímpicos e a disponibilidade da comunicação social no local para promover a cobertura. Estima-se que este acto terrorista tenha sido assistido por cerca de 800 milhões de pessoas através da televisão (Letria, 2001).

A história atesta outros exemplos de relações *win-win* entre terrorismo e media. Frey e Rohner referem também o sequestro do voo 847 da TWA por terroristas Libaneses em 1985, o ataque às Torres Gémeas em 11 de Setembro de 2001 e, posteriormente, os ataques em Madrid (2004) e Londres (2005) (Frey e Rohner, 2006). Poderíamos acrescentar Paris, Bruxelas ou tantos outros. O carácter de espectáculo e a preparação prévia enquadram os ataques terroristas na definição de pseudo-evento, forjados para amplificar a divulgação de determinadas mensagens. A sua cobertura não representa apenas informação, mas construção de uma realidade que serve determinados interesses.

A construção de eventos está bem presente, por exemplo, na decapitação pelo EI de um jornalista americano. Como noticia o Jornal de Notícias (09 de Setembro de 2014), a análise detalhada do vídeo divulgado pelo grupo terrorista revela que este foi coreografado. Foram repetidas e montadas cenas e alguns dos jihadistas usavam microfones de lapela. Estima-se que, na verdade, o vídeo tenha sido filmado durante cerca de quatro a seis horas para se

obter o resultado final, numa teatralização da acção terrorista (Notícia disponível em: <http://www.in.pt/PaginalInicial/Mundo/Interior.aspx?contentid=4286305>).

Schmid (1992, p.96) distingue três linhas de pensamento relativamente ao impacto desta relação media/terrorismo: uma que considera que a função informativa dos media é positiva ao reduzir a incerteza relativamente à violência e, logo, o rumor e o pânico; outra que considera que os media são apenas mais um utensílio ao dispor dos grupos terroristas que lhes permite operar num novo registo; por último, uma linha que acredita que os media inspiram e promovem o terrorismo.

Desta forma, o risco apontado relativamente à cobertura dada pelos media ao terrorismo tem a ver com a possibilidade de aqueles contribuírem para o alargamento do fenómeno: ao dar-lhe visibilidade, poderem estar a “ensinar” futuros terroristas, a angariar simpatizantes e a divulgar as mensagens das diferentes organizações. Coloca-se, por conseguinte, aos media e aos governos um dilema: “como manter a liberdade dos media sem oferecer uma ajuda inadvertida aos terroristas?” (Faria, 2007, p.160).

Além das preocupações evidenciadas com os media tradicionais, novas preocupações se levantam com a realidade que os Novos Media trazem na relação media/terrorismo, nomeadamente pela afirmação da internet como um forte veículo de propaganda para grupos terroristas. Na verdade se, até aqui, o nível de participação dos media no terrorismo ficava delimitado à reportagem de actos terroristas, os novos media permitem um maior controlo por parte das organizações terroristas. Referimo-nos a controlo quer relativamente ao conteúdo anunciado, quer à capacidade de distribuição e de manutenção do conteúdo *online*. A internet surge como um meio com menor capacidade regulatória e, logo, que permite um acesso mais directo às populações. Através da internet, os terroristas pesquisam informação relevante, comunicam uns com os outros, planeiam e coordenam acções, reúnem apoiantes e recrutam novos elementos, divulgam acções desenvolvidas, providenciam ensinamento, fazem ameaças e exigências e recolhem fundos (Nacos, 2000). Veja-se, como exemplo, o auto-proclamado Estado Islâmico que tem recrutado milhares de jovens por todo o mundo, através de uma comunicação digital intensa. Em Setembro de 2014, o Jornal Expresso escrevia uma peça intitulada “A Noiva Portuguesa da Jihad” sobre

uma jovem Portuguesa emigrada na Holanda que terá sido recrutada e combinado o seu casamento com um Jihadista também Português através do Facebook. Uma vez na Síria, a jovem terá feito recurso das redes sociais para divulgação de radicalismos e para atrair mais jovens para a sua causa. (Notícia acessível em: <http://expresso.sapo.pt/a-noiva-portuguesa-da-jihad=f888068#ixzz3CL6qDPED>).

Dentro desta mesma lógica, assiste-se à crescente criação de media por parte de organizações terroristas. Com canais de televisão próprios, estas organizações controlam por inteiro as mensagens que querem veicular, fugindo uma vez mais ao efeito *gate keeper* dos media oficiais. Veja-se o caso do Hezbollah que expandiu a sua estação de televisão local, tornando-a num primeiro momento num *player* regional e posteriormente numa rede global.

Para além dos media, destacam-se ainda outros meios de divulgação da informação, como livros (*The Turner Diaries* ou *Hunter*, de Andrew MacDonald), DVDs, música (exemplo: Terror Rap), ou vídeo jogos (exemplo: Umnah Defense I e Umnah Defense II) que permitem igualmente levar a mensagem dos grupos terroristas a mais e novos públicos (Nacos, 2006, p.2).

A combinação dos media tradicionais com a internet, canais próprios e novos meios pode ser uma arma valiosa para os terroristas, tornando a situação de ainda mais difícil gestão por parte dos governos, já que a simples cooperação dos media nacionais na não publicação de notícias não se mostra suficiente para evitar a sua transmissão a nível mundial.

As novas formas de comunicação contornam a questão do *gatekeeping* dando maior liberdade aos terroristas na propagação das suas mensagens. Recorde-se o episódio, referido por Nacos (2006, p.12) em que terroristas Tchechenos fizeram refém um grupo de Russos presentes num teatro. Neste caso, os próprios terroristas entregaram imagens pré-produzidas aos correspondentes da *Al-Jazeera* em Moscovo, dando conta dos seus objectivos e reivindicações. As imagens correram o mundo. O mesmo voltou a acontecer em 2014, com as imagens de decapitações difundidas pelo auto-proclamado Estado Islâmico.

Em casos como este, os terroristas não são apenas produtores de eventos, mas também de informação, deixando de depender de terceiros para atingirem os seus objectivos comunicacionais. Aos media cabe apenas a tarefa de divulgação da informação pré-produzida. Esta situação aponta para um elevado conhecimento de comunicação por parte dos grupos terroristas que fazem uso de equipamentos tecnológicos de informação e imagem sofisticados.

Desta forma, os grupos terroristas exploram ao máximo as potencialidades da globalização da comunicação e dos media, garantindo a cobertura não só das suas acções, mas das suas mensagens, dos seus objectivos e das suas causas.

5.3. OS INTERESSES EM RELAÇÃO

Na análise das diversas linhas de pensamento sobre a relação media/terrorismo, parece-nos importante lembrar Schmid (1992), quando este chama a atenção para o facto de a relação media/terrorismo ser apenas uma parte de uma relação mais complexa que envolve diversos outros actores como as vítimas, a opinião pública e o governo. Na verdade, todos estes actores mantêm relações distintas entre si que, por sua vez, condicionam ou influenciam as outras relações. Para além disso, cada actor tem os seus interesses e procura defendê-los.

Numa tentativa de formalização de um modelo de relação media/terrorismo, Ali Alkarni apresenta um diagrama (2005, p.9) que completamos aqui com mais um actor que julgamos relevante neste quadro: a vítima.

Fig.1 – Actores em relação no fenómeno terrorista. Baseado em Alkarni (2005, p.9).



Este modelo parece-nos interessante na medida em que define a interacção (distinta) que cada actor tem com o acto terrorista, fixando bem o que pode ser o interesse de cada parte. No entanto, parece-nos limitativa na perspectiva em que coloca sempre a acção terrorista no centro da relação, ficando esta circunscrita aos momentos correspondentes a actuações deliberadas dos grupos terroristas e não prevendo uma actuação contínua como acreditamos que a relação entre as partes justifica.

Vejamos, de seguida, o que podem ser os interesses concretos de cada parte na relação media/ terrorismo.

5.1.1. Dos Terroristas

Nacos identifica como principais interesses dos Grupos Terroristas nos media: atenção; reconhecimento das motivações; respeito; e legitimidade (Nacos, 2004/2005).

No que diz respeito ao primeiro objectivo, parece claro que os terroristas pretendem atrair a si a atenção da opinião pública e tal ganha muito mais possibilidades quando o acto terrorista consta da agenda mediática.

Naturalmente, está associada à atenção a questão da intimidação, já que se pretende que a atenção desperte o receio na opinião pública. O caso dos Jogos Olímpicos de Munique é paradigmático na forma como o ataque terrorista soube irromper na agenda mediática. O que o *Black September* fez foi tirar proveito de um evento mediático já com toda a tecnologia instalada e torná-lo o seu evento, propagando a sua mensagem rapidamente e além-fronteiras.

O segundo objectivo – reconhecimento das motivações – vai além da questão da atenção/visibilidade. Implica já compreensão da mensagem. Os grupos terroristas procuram levantar junto da opinião pública as questões: o que é que se passa? Porque é que nos fazem isto? E os media, na cobertura dos ataques terroristas, vão dando resposta a estas questões, explicando, para tal, a causa terrorista, os seus objectivos e reivindicações – o reconhecimento desejado pelos terroristas. Também a extensão no tempo de um fenómeno terrorista é outra forma de exigir dos media maior detalhe relativamente ao que se passa. Foi o que se passou no caso da tomada do TWA por terroristas em 1985. Uma vez que a situação se prolongava no tempo e os media já haviam tido o custo de alocar equipas em Beirute, existia uma quase necessidade de reportar o evento e de “criar” novas histórias ou novas perspectivas de abordar a notícia.

Outro ponto relevante para os terroristas na transmissão da sua mensagem consiste em conseguir que os media adquiram linguagem e expressões típicas da causa em questão. Uma vez que é a linguagem dos media que vai determinar a linguagem da opinião pública, influenciar essa mesma linguagem constitui uma importante vitória psicológica. De facto, existe toda uma nomenclatura do terrorismo diferenciada da do contra-terrorismo¹⁸ e que parece atrair os media, contribuindo para a dramatização do fenómeno. Por outro lado, como refere Lockyer (2003), “there are, for example, few neutral nouns for journalists to describe an insurgent terrorist, as ‘terrorist’, ‘soldier’, ‘freedom fighter’, ‘criminal’, or ‘guerrilla’ all require the journalist to make a moral judgement” (Lockyer, 2003, p.2). Ao adoptar a linguagem dos terroristas, os media tornam-se amplificadores da sua retórica.

¹⁸ Ver Nomenclatura Terrorista e Contra-Terrorista no **Anexo 10**.

Relativamente ao respeito, este objectivo refere-se ao reconhecimento que o terrorista pretende ter da parte dos seus apoiantes, em nome de quem leva a cabo estes actos. Tal implica mostrar que o objectivo foi alcançado e que foi capaz de o cumprir. Um caso paradigmático foi o respeito e admiração gerado em torno de Bin Laden no mundo Muçulmano, após os ataques de 11 de Setembro, que resultou, inclusivamente, num número elevado de novos recrutas.

Por último, os terroristas procuram conquistar legitimidade enquanto representantes da sua causa. A este nível, os media têm sido muito criticados pelo destaque que têm permitido dar aos líderes terroristas, equiparando-os a quaisquer outros líderes políticos e, logo, conferindo-lhes automaticamente legitimidade. Da parte dos terroristas, esta tem sido uma situação amplamente explorada: promoção das aparições do através da disseminação de vídeos ou pela divulgação de entrevistas. Bin Laden foi o exemplo claro de um líder terrorista que usou, com frequência, a disseminação de vídeos com o intuito de se afirmar como representante do mundo Muçulmano. Um outro exemplo é o da aparição pública de Abu Bakr al Bagdadi, que procurou afirmar-se como o “califa” de todos os Muçulmanos, ganhando terreno ao líder da Al Qaeda Ayman al Zawahiri (Notícia acessível em: <https://br.noticias.yahoo.com/abu-bakr-al-bagdadi-califa-jihadista-215755172.html>, 2014).

Deste modo, os media apresentam-se como um recurso que permite minimizar as debilidades do terrorismo. “Quanto maiores forem o tempo e o destaque concedidos à acção terrorista, mais dilatado será o seu efeito na opinião pública e no poder político. A denúncia converte-se em promoção, a crónica do horror em serviço prestado, a informação pormenorizada em precioso tempo de antena” (Letria, 2001, p.14).

Todos os benefícios que os terroristas retiram dos media desenham, desta forma, uma relação de dependência na prossecução dos objectivos finais dos diversos grupos terroristas. (Shaffert, 1992).

5.1.2. Dos Media

No que diz respeito ao interesse dos media pelo terrorismo, uma primeira resposta simplista parece-nos óbvia: *ratings*. Acreditamos, de facto, que a demanda económica condiciona, em larga escala, o funcionamento dos media. As vertentes comercial e editorial dos meios têm perspectivas distintas da actuação da comunicação social, mas a verdade é que esta vive do investimento publicitário e este é feito mediante a audiência de cada meio. “Desde a introdução da publicidade na televisão pública, aprovada em Março de 1968, o objectivo, confessado ou não, de todas as estações hertzianas, tanto privadas como públicas, é fazer o máximo de audiência para atrair um máximo de publicidade e realizar um máximo de lucros” (Woodrow, 1996, p.164).

Por outro lado, a crescente multiplicação de meios de comunicação aumentou substancialmente a competitividade entre eles. A exigência de bons resultados aumenta a procura dos “furos jornalísticos” e faz com que se explorem mais os temas que vendem jornais, que promovem emissões. E, neste âmbito, “crime has always been good news” (Schmid e Graaf, 1982, p.68). Associado à competitividade, acresce o factor tempo. A audiência espera dos media uma reacção ao minuto, uma cobertura imediata. Quem primeiro captar o momento será o que se destacará na competição dos ratings. E uma vez conseguido o “furo”, o meio não vai querer perder a atenção da sua audiência, que é infiel, e, por isso, vai gerindo o terror numa cobertura mediática contínua que extrapola o valor-notícia do acontecimento.

Esta busca pelo imediatismo e pelos ratings, como já vimos, pesa na capacidade de informação, de rigor e de *gatekeeper* inerente aos media, fazendo sobrepôr a vertente economicista à missão dos media. Esta vertente mais economicista leva mesmo alguns autores, como Woodrow (1996), a questionar a independência dos media, não por conta de um poder político controlador, como se verificou noutros tempos, mas por um controlo invisível do mercado.

Independentemente do interesse económico, outra motivação dos media na cobertura do terrorismo prende-se com a intenção de ir ao encontro do interesse público. E a verdade é

que o público parece ter um fascínio por dramas humanos, tragédias e tudo o que remeta para o atípico e o inesperado. Schmid e Graaf vão mais longe, a este respeito, dizendo que os media substituem, em grande parte, a experiência dos elementos da sua audiência, razão pela qual o sexo e a violência surgem como temas recorrentes (Schmid e Graaf, 1982).

A preferência dos media por situações que exacerbem o drama e o medo é óbvia em muitas coberturas mediáticas, em especial em ataques terroristas. Nacos, Bloch-Elkon e Saphiro (2007) referem, com pertinência, o exemplo dos níveis de alerta público. Quando o alerta é levantado existe uma cobertura massiva, sendo praticamente inexistente quando é retirado.

Por outro lado, os media, em especial a televisão, pelo seu carácter eminentemente visual, beneficiam de notícias e temas que sejam atractivos aos olhos da audiência. E, de facto, o terrorismo garante a componente visual de “espectáculo” exigida pelos media.

Em suma, o terrorismo tem valor notícia. Ou seja, os media vêem no terrorismo a capacidade de assegurar toda a grelha de critérios do valor-notícia: “o conflito, o progresso/desastre, a excepcionalidade, a eminência do protagonismo e o interesse humano” (Letria, 2001, p. 18).

5.1.3. Dos Governantes, da Opinião Pública e das Vítimas

Os governos, na gestão do tema do terrorismo, procuram a cooperação dos media, da mesma forma que activam todos os mecanismos possíveis de suporte às suas acções e que lhes permitam assegurar a missão de manter a segurança da população. A seu favor está o facto de serem uma fonte prioritária de informação para a comunicação social, o que faz com que definam, muitas vezes, os tópicos em discussão.

Assim, da mesma forma que o discurso dos media se mostra útil aos grupos terroristas, também é fundamental para os Governos transmitir informações e esclarecimentos à população, bem como reduzir os níveis de medo e ansiedade associados ao terror.

Para além da informação transmitida, se os governos conseguirem fazer vigorar a sua linguagem nos media, será mais imediata a desconstrução da narrativa terrorista. Por conseguinte, também os governos revelam interesse numa ligação entre media e terrorismo, sendo o primeiro um meio/recurso a utilizar na minimização do segundo.

Da perspectiva da Opinião Pública, o interesse pela relação entre media e terrorismo reside na necessidade de explicação do fenómeno terrorista. Parece-nos natural que a opinião pública procure respostas, informação e diferentes leituras. Neste contexto, os media, como fonte privilegiada de informação da actualidade, apresentam-se como o melhor recurso.

Por outro lado, referimos já a atracção que o público tem pelo drama, terror e tudo o que são situações limite. A relação media-terrorismo providencia estes factores.

A necessidade de informação e de interpretação coloca-se igualmente às vítimas do terrorismo. Utilizamos aqui o termo “vítimas” para nos referirmos a quem esteve envolvido directamente na acção terrorista. No entanto, na verdade, toda a opinião pública, que assiste e que é exposta ao medo, poderá ser considerada vítima. A relação das vítimas com os media pode ser, no entanto, bem mais complexa. Por exemplo, nos casos de rapto e sequestro, a atenção dada pelos media já resultou tanto no salvamento de reféns, como na sua morte. Dois exemplos distintos, providenciados por Schmid (1992, p.103): o rapto do jornalista Jean-Paul Kauffmann pelo Hezbollah em Beirute; o sequestro de um jet da Lufthansa para Mogadíscio em Outubro de 1977.

No primeiro caso, a mulher do jornalista encetou uma campanha para reaver o marido que obteve uma elevada cobertura mediática. Teve audiências com Ministros Franceses e até mesmo a oportunidade de negociar com o líder Nabih Berri. Um dos factores mais relevantes da sua campanha, porém, foi o facto de a mulher ter escrito diariamente uma carta ao seu marido, cartas essas que foram lidas numa estação de rádio francesa. O mediatismo deste caso exerceu pressão nos líderes políticos, resultando na libertação de Jean-Paul em período eleitoral (Schmid, 1992).

Já no segundo caso, o capitão do voo da Lufthansa providenciou informação sobre os sequestradores às autoridades e este facto foi reportado por uma rádio. Como os

sequestradores estavam a ouvir a rádio em causa, o capitão foi imediatamente morto. Como este, há inúmeros casos em que a cobertura mediática dá informações aos terroristas sobre os reféns ou operações da polícia, colocando em perigo as vítimas (Schmid, 1992).

A relação das vítimas com os media em casos de terrorismo é, por conseguinte, ambígua, já que a cobertura mediática “can bring life or death to hostages, and it is difficult to tell which before the fact” (Schmid, 1992, p.104).

5.4. O CARÁCTER ESTRATÉGICO DOS MEDIA NO FENÓMENO TERRORISTA

A relação entre media e terrorismo é corrente. Os terroristas precisam de toda a cobertura mediática possível e os media precisam dos acontecimentos dramáticos que geram audiências. E mesmo que inconscientemente, media e terrorismo contribuem cada um para o sucesso do outro.

No entanto, será que os objectivos finais dos grupos terroristas são plenamente conseguidos pela concretização dos objectivos definidos para a relação media-terrorismo? A resposta a esta questão é mais complexa.

Centrando-nos nos objectivos de mudança da percepção da ameaça por parte da opinião pública, na influência da cobertura mediática numa decisão política, e na angariação e mobilização de novos terroristas, percebemos que os media nunca serão o único factor para a concretização dos objectivos.

No caso do primeiro objectivo, consideramos interessante atentar no estudo desenvolvido por Nacos, Bloch-Elkon e Shapiro (2007) que veio demonstrar que a quantidade de notícias publicadas nos media não tem qualquer relação com a percepção de ameaça por parte da opinião pública. Em contrapartida, revelaram-se de extrema importância outros factores como o actor que veicula a mensagem. Se se tratar de uma autoridade, a percepção de ameaça é superior.

Outra questão relevante prende-se com o facto de a cobertura mediática sobre um grupo terrorista tanto poder gerar uma imagem positiva como negativa desse mesmo grupo. O que significa que existe uma camada de interpretação que fica sempre a cargo da opinião pública. Por último, o estudo de Nacos, Bloch-Elkon e Shapiro (2007) mostra igualmente que os efeitos na percepção são limitados no tempo, o que pode apontar para um menor impacto naquilo que é o objectivo final.

No que toca ao objectivo de influenciar a decisão política, já mencionámos casos em que a mediatização do fenómeno resultou numa cedência ou numa acção política do governo. Parece-nos, por conseguinte, claro que existe, de facto, uma pressão capaz de influenciar. No entanto, e no caso específico do terrorismo, os governos já entenderam que as cedências podem abrir precedentes difíceis de gerir no futuro, o que os faz agir com maior cautela. Ainda assim, consideramos que as acções políticas tomadas por pressão mediática contribuem apenas para objectivos parcelares dos terroristas e não podemos afirmar categoricamente que os media terão sido o único, ou sequer o factor de influência mais preponderante.

Por último, relativamente ao objectivo de recrutamento, formação e motivação de novos membros, os media têm-se revelado fundamentais, em especial pelo facto de abolirem distâncias e, com a internet, por permitirem uma troca de informação regular mantendo o anonimato. Neste contexto, têm sido estudadas teorias de contágio (Picard, 1986; Schmid e Graaf, 1982), associadas aos Efeitos Ilimitados dos Media, no sentido de perceber se é possível afirmar que a cobertura mediática do terrorismo desencadeia novas acções terroristas. No entanto estas têm demonstrado falta de validade na relação causa-efeito (Nacos, 2009). Sabemos, porém, que o fenómeno “copy-cat” (comportamento de repetição de um acto criminoso) é uma realidade, como demonstra Loren Coleman (2007), ao explorar a ligação entre o massacre da escola de Columbine em 1999 (onde dois alunos mataram 12 colegas e feriram 23) e cerca de 400 incidentes semelhantes que ocorreram em anos subsequentes. O que significa que os meios são uma fonte relevante quer de técnicas terroristas, quer de informação relativa ao sucesso da aplicação dessas mesmas técnicas. Isto não quer, no entanto, dizer que se trata de contágio. Segundo Nacos (2009), a utilização das técnicas só se dá por parte de quem já tinha uma predisposição para estes temas, o que

torna incorrecto fazer uma associação directa entre a cobertura mediática e a concretização de novos actos terroristas. A autora fala antes de “inspirational contagion” (Nacos, 2009, p.9), pela capacidade que os media têm de disseminar ideias, ideais e glórias, motivadoras das comunidades defensoras das causas terroristas.

Deste modo, consideramos que os media têm um impacto inegável tanto no fenómeno terrorista como na percepção deste. Contudo, este é um impacto limitado e condicionado por diversos outros factores, podendo ser tanto favorável, como desfavorável à causa terrorista.

Nesta medida, e dentro do quadro teórico estratégico, parece-nos que os media apenas podem ser vistos como um meio ao dispor dos diversos actores, entenda-se tanto grupos terroristas, como poder político ou opinião pública, e capaz de reforçar o seu potencial estratégico, sendo requisitado na implementação de diversas tipologias de modalidade de acção. Recusamos, assim, a hipótese de estes se apresentarem como um actor desta relação estratégica.

Sendo um meio, os media têm, no entanto, a particularidade de deter um carácter tanto de força material como moral. Acreditamos residir aqui o fundamento das dúvidas relativamente à sua actuação. A verdade é que os media, apesar de serem uma tecnologia, um veículo transmissor de mensagens, estão imbuídos da subjectividade implícita ao processo comunicacional e abertos à promoção de estratégias indirectas que privilegiem o factor psicológico.

Desta perspectiva, e colocando em causa a objectividade que almejam, os media estão sujeitos a uma maior manipulação por parte dos diversos actores em relação, em prol dos interesses de cada um. Uma situação que se agrava, quando recordamos que os media se encontram ainda na dependência de estratégias comerciais que em tanto condicionam a sua actuação.

A relação media/terrorismo não é, por conseguinte, simples, nem mesmo pacífica para os próprios media, que nela encontram problemas sérios de ética e responsabilidade. Estes últimos encontram-se, na verdade, numa posição difícil: de um lado a sua missão e o dever

de informar. Do outro a responsabilidade de não contribuir para o alastramento de um fenómeno subversivo, como é o caso do terrorismo. A fronteira é ténue e a capacidade de distinção por parte dos media, reduzida.

CONCLUSÃO

Ao longo destas páginas procurámos definir qual o papel dos media no quadro do terrorismo, dando corpo a uma análise teórica assente na aplicação dos conceitos apreendidos dos Estudos Estratégicos e partindo da hipótese de o fenómeno terrorista ter um cariz estratégico. Concluimos que o terrorismo pode ser identificado como uma estratégia de acção política, permitindo-nos usar o quadro conceptual da Estratégia para melhor compreender o papel dos media no fenómeno terrorista.

Sabemos que esta não é uma conclusão consensual. Autores há, como Horta Fernandes (2010), que se manifestam contra a aproximação dos dois conceitos, defendendo que o terrorismo não tem uma lógica política na sua base e que se trata apenas de violência pela violência, com um carácter gratuito e sem qualquer objectivo concreto em mente. Dessa perspectiva, o terrorismo não se aproximaria de conceitos como guerra ou estratégia. No entanto, do nosso ponto de vista, este tipo de abordagem prende-se com a análise de conceitos, quer de estratégia, quer de terrorismo, demasiado restritos no seu âmbito e não aplicáveis à crescente complexidade da realidade internacional.

Na verdade, analisando os dois conceitos, verificámos que existem paralelismos entre eles. A própria dificuldade de definição de estratégia, que nos faz apresentá-la como arte e ciência, se coloca com o terrorismo, que cruza tanto componentes racionais como emocionais. Da mesma forma, trata-se de um fenómeno que, ainda que aplicando meios e disciplinas concretas, deve grande parte do seu sucesso à actuação de uma liderança que se assemelha à arte do estratega.

Registamos igualmente que os constituintes do conceito de estratégia se aplicam ao fenómeno terrorista. Senão, vejamos. O terrorismo, tal como é distintivo da estratégia, guia-se por um objectivo final claro. Este reparte-se, por sua vez, em objectivos parcelares que dão mote às diversas acções despoletadas pelos grupos terroristas e que marcam a divergência de interesses em relação a uma outra unidade política, na tal dualidade hostil característica de qualquer processo estratégico. Na concretização dos objectivos, e em consonância com a pertinência e relevância destes, o terrorismo adopta modalidades de

acção estratégica que conjugam os meios disponíveis no tempo e no espaço, procurando obter os melhores resultados. Quando nos referimos a meios, englobamos forças de naturezas diversas: tanto materiais (armas, bombas, novas tecnologias), como morais (propaganda e propagação do medo através dos media).

Por último, se pensarmos no enquadramento da estratégia e do terrorismo, percebemos que decorrem em ambientes semelhantes, num sistema de sistemas, marcado pela volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade. Consideramos, deste modo, que a aproximação do terrorismo ao conceito de estratégia nos permite afirmar o seu carácter estratégico.

Num segundo nível, procurámos compreender a relação entre media e terrorismo, encontrando o papel daqueles no processo estratégico terrorista. Esta questão tem especial pertinência dadas as críticas feitas à actuação dos media na cobertura de acções terroristas que apontam para um contributo concreto daqueles no desenvolvimento do terrorismo.

Na verdade, aos media sempre foi atribuída uma função de informação, mas também de construção da realidade social. O papel de “construtor da realidade” levanta, no entanto, questões relativamente à influência que os media podem ter junto da opinião pública e na definição daquilo que esta entende como preocupações sociais. E tem levado, igualmente, a diversas tentativas de utilização dos media no sentido da concretização de objectivos políticos e económicos, seja por ofensivas ideológicas de propaganda ou contra-propaganda, seja por ofensivas economicistas de empresas ou conglomerados que exploram as capacidades comerciais dos meios. Esta situação afecta a credibilidade dos meios de comunicação, uma vez que a aproximação da comunicação à economia e à política põe em causa a objectividade, isenção e independência que sempre legitimaram os media.

No caso do fenómeno terrorista, e tendo-se consciência de que os media proporcionam visibilidade, reconhecimento da causa terrorista e, por vezes, mesmo respeito e legitimidade, a questão que se coloca, porém, é se os media têm impacto na promoção do fenómeno terrorista ao ponto de contribuírem determinantemente para a concretização do seu objectivo final.

Como tivemos oportunidade de ver, consideramos que os media podem, de facto, ser favoráveis à estratégia terrorista, pelas possibilidades de divulgação que proporcionam, reduzindo as limitações de tempo e espaço e alcançando uma audiência vasta. No entanto, trata-se apenas de um aproveitamento por parte dos grupos terroristas das vicissitudes de um meio à disposição de todos.

Recorde-se que, no quadro estratégico, os meios (forças) estão no centro do processo e cabe-lhes afectar o centro de gravidade do contrário. Consideramos que é deste modo que o terrorismo tem gerido a sua relação com os media. Como um meio que habilmente seleccionou, tendo analisado aquilo que são as possibilidades estratégicas do meio e as vulnerabilidades do seu opositor. Para além de utilizar os media como meio de acção, os grupos terroristas criam os seus próprios media, fazendo intervir toda a gama de acções genéticas, estruturais e operacionais, isto é edificando, dispondo e utilizando os seus próprios meios.

Como meio, os media têm assim, um papel e impacto limitados e condicionados por diversos factores, entre eles a utilização de que é alvo por parte de cada actor estratégico ou mesmo a interpretação que é feita pela audiência da informação veiculada. Como demonstrámos, apesar de a cobertura mediática dos factos pressupor sempre alguma interpretação por parte dos media, há uma camada de interpretação que fica sempre a cargo da opinião pública, o que faz com que a cobertura de um acto terrorista possa ser tanto benéfica como negativa para os objectivos parcelares de um grupo terrorista, assim como permite que possa gerar repulsa por parte da alguma audiência ou identificação por parte de outra. Percebemos isso com os estudos sobre contágio e a hipótese de os media promoverem o fenómeno *copy-cat*, que evidenciaram não haver uma relação directa e determinante entre a cobertura mediática e a disseminação do fenómeno. Tem que existir uma predisposição por parte de determinados elementos da audiência para que aquela notícia gere interesse numa reprodução do evento. O mesmo se pode pensar dos processos de recrutamento para causas terroristas. A cobertura dos media só levará à identificação com a causa e à vontade de adesão, caso já exista uma predisposição desses elementos para a subversão.

Por último, não podemos até hoje considerar que as decisões políticas tomadas relativamente aos grupos terroristas e às suas reivindicações tenham tido como base a cobertura mediática e a pressão que daí advém.

Deste modo, concluímos que os meios de comunicação de massas se apresentam, no contexto terrorista, como meios, instrumentos essenciais à subversão e favoráveis na concretização de objectivos parcelares, mas não como actores ou elementos determinantes para o sucesso da causa final terrorista.

De facto, “terrorismo e *mass media* caminham, lado a lado, (...), assumindo uma relação simbiótica, em que o terrorismo necessita dos *mass media* para empolar e otimizar os seus efeitos, e estes amparam e exploram aquela, alimentando as suas carências de *showbusiness* (Rodrigues, 2006, p.163). No entanto, as oportunidades que os media, enquanto meio, abrem à estratégia terrorista são as mesmas que podem proporcionar à estratégia contra-terrorista. Neste sentido, os media afirmam-se como um meio que reforça o potencial estratégico tanto dos grupos terroristas, como das unidades políticas que se lhes opõem. O seu Poder será sempre inferior, porém, ao potencial que representam, já que, como vimos, a aplicação das forças implica sempre algum desgaste e depende das condicionantes do próprio ambiente estratégico.

Enquanto meio, consideramos que a relevância estratégica dos media advém, em grande parte, da sua natureza única que os posiciona tanto como força material, como moral. Material na sua componente tecnológica e no alcance que permitem à escala global. Moral pela capacidade de influência proveniente dos efeitos cognitivos que produzem. Efeitos que os tornam extremamente relevantes, especialmente na implementação de estratégias indirectas, ou, por exemplo, de acções sucessivas, como é apanágio do terrorismo.

Um factor de aumento de complexidade da relação media/ terrorismo é, certamente, o facto de os media serem um meio ao dispor dos grupos terroristas e dos governos, ao mesmo tempo que são actores numa estratégia de concorrência comercial agressiva. Num ambiente cada vez mais heterogéneo e de interesses múltiplos, parecem entrecruzar-se estratégias, políticas e interesses comerciais, que se condicionam mutuamente. Neste caso

específico, os interesses comerciais condicionam a isenção dos media, o que leva a que se tornem mais permeáveis a servir interesses de outrem. Na nossa opinião, é este duplo papel em estratégias cruzadas que dá corpo a uma relação que, mais que simbiótica, se apresenta muitas vezes como parasitária (Schaffert, 1992).

Apesar dos diferentes papéis que os media desempenham em simultâneo, a resposta à nossa questão de partida é uma: os Media são um meio à disposição da estratégia terrorista, que reforçam o potencial estratégico dos grupos terroristas. São forças empregues pelos terroristas que cumprem os propósitos para que foram consideradas, ajudando-os a obter atenção, reconhecimento, respeito e legitimidade. Nada indica que tenham influência determinante na obtenção do grande objectivo final do terrorismo ou, sequer, que motivem novos actos terroristas. Na verdade, o papel dos media parece ser, como o próprio nome indica, de intermediário.

Através desta reflexão, assente na aplicação de conceitos da área da estratégia, permitimo-nos teorizar e racionalizar, desta forma, a actuação dos media, compreendendo o seu papel, potencial e poder no contexto de um acto terrorista. As conclusões a que chegámos são especialmente relevantes e pertinentes, na medida em que se mostra cada vez mais urgente a identificação de forças e de novas estratégias de contra-terrorismo que lidem da melhor forma com o factor psicológico tão utilizado nestas novas formas de conflito que marcam a actualidade.

Estar ciente das potencialidades e vulnerabilidades de um meio com um elevado potencial estratégico, como é o caso dos media, será essencial para uma melhor estruturação de uma estratégia que se saiba contrapor ao terrorismo.

Por outro lado, esta definição dos media como um meio ao serviço da estratégia é igualmente relevante para os próprios media, que poderão repensar a sua conduta e procurar definir mecanismos que evitem a sua apropriação estratégica por parte dos diversos interesses em jogo e lhes permitam estar mais próximos do seu objectivo primário de prestar uma informação objectiva, rigorosa e descomprometida.

BIBLIOGRAFIA

Livros

ARON, Raymond, *Paix et Guerre*, Calmann-Lévy, France, 1984.

AUGRAS, Monique, *Opinião Pública – Teoria e Pesquisa*, Editora Vozes Ltda, Petrópolis, 1980.

BALANDIER, Georges, *O Poder em Cena*, Minerva, Coimbra, 1999.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, *Globalização e Anti-globalização no Mundo Contemporâneo*, Edição do Autor, Texto Policopiado, Lisboa, 2008 [Tese de Doutoramento, ISCSP-UTL].

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, *A Fórmula do Poder*, ISCSP, Lisboa, 2001.

BAYLIS, John, BOOTH, K., GARNETT, J., WILLIAMS, P., *Contemporary Strategy*, Croom Helm, London, 1987.

BEAUFRE, André, *Introduction à la Stratégie*, Economique, Paris, 1985.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicole, PASQUINO, Gianfranco, *Dicionário de Política*, volume 2, Dinalivro, Brasília, 2004.

CHOMSKY, Noam, *A Manipulação dos Media – Os Efeitos extraordinários da Propaganda*, Editorial Inquérito, 2003 [Tradução de Mário Matos e Lemos].

CHOMSKY, Noam, *Duas Horas de Lucidez*, Editorial Inquérito, 2002

COHEN, Bernard C., *The Press and Foreign Policy*, Princeton University Press, Nova Iorque, 1963.

COLLINS, John M., *Grand Strategy*, Naval Institute, Annapolis, 1974, pp.xix-xxv.

COUTO, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia: apontamentos para um curso*, volume I, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 1988.

CURRAN, James, *Media and Power*, Routledge, New York, 2002.

DOBKIN, Bethami A., *Tales of Terror, Television News and the Construction of the Terrorist Threat*, Praeger Publishers, New York, 1992.

DUQUE, Raquel, NOIVO, Diogo, SILVA, Teresa de Almeida e, *Segurança Contemporânea*, Pactor, Lisboa, 2016.

ESTEVES, João Pissarra, *Comunicação e Sociedade*, Media e Jornalismo, Livros Horizonte, Lisboa, 2002.

ÉVORA, Silvino Lopes, *O discurso mediático sobre o terrorismo*, Universidade do Minho, acessível em www.bocc.ubi.pt/pag/evora-silvino-discurso-mediatico-terrorismo.pdf

GIDDENS, Anthony, *Sociology*, Polity Press, Cambridge, 1989.

GIDDENS, Anthony, *O Mundo na Era da Globalização*, Editorial Presença, Lisboa, 2000.

HART, B. H. Liddell, *Strategy*, New American Library, New York, 1974.

LARA, António de Sousa, *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2009 [5ª edição].

LARA, António de Sousa, *Subversão e Guerra Fria*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2011.

LEEMAN, Richard W., *The rhetoric of terrorism and counterterrorism*, Greenwood Press, Westport, 1991.

LETRIA, José Jorge, *O Terrorismo e os Media, o tempo de antena do terror e outras reflexões*, Hugin Editores, Lisboa, 2001.

LIPPMANN, Walter, *Public Opinion*, Free Press, New York, 1965.

LOCKYER, Adam, *The Relationship between the Media and Terrorism*, The Australian National University, 2003, acessível em: <http://www.dailybust.com/The-Relationship-between-the-Media-and-Terrorism-Adam-Lockyer.html>

LUHMANN, Niklas, *Stato di diritto e sistema sociale*, Guida, Nápoles, 1978.

LUHMANN, Niklas, *A improbabilidade da comunicação*, Passagens, 10, 3ª edição, Veja, Lisboa, 2001.

MARRANCHES, Count de, ANDELMAN, David A., *The Fourth World War, Diplomacy and Espionage at the Age of Terrorism*, Morrow, New York, 1992.

MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Livraria Almedina, Coimbra, 1996.

MUCCHIELLI, Roger, *A Psicologia da Publicidade e da Propaganda*, Livros Técnicos e Científicos Editora, SA, Rio de Janeiro, 1978 [Tradução de Flávia Sollero de Campos].

NEUMANN, Peter R., *Old & New Terrorism*, Polity Press, Cambridge, 2009.

NYE, Joseph S., *Soft Power – The means to success in world politics*, Public Affairs, New York, 2004.

PALMA, Ana Isabel, *Terrorismo e os Media: Como noticiar o Terror?*, ISCSP, Lisboa, Novembro de 2005.

POPPER, Karl e CONDRY, John, *Televisão: um perigo para a Democracia*, Gradiva, Lisboa, 1999, tradução de Maria Carvalho.

RAMONET, Ignacio, *A Tirania da Comunicação*, Campo das Letras, Porto, 1999.

RESENDES, M. Bettencourt, *Os Media e o Terrorismo*, acessível em: www.ieei.pt/files/BettencourtResendes_Os_media_e_terrorismo.pdf

RIBEIRO, António Silva, *Política de Defesa Nacional e Estratégia Militar, Modelo de Elaboração*, Diário de Bordo, Loures, 2010a.

RIBEIRO, António Silva, *Teoria Geral da Estratégia. O essencial do processo estratégico*, Almedina, Coimbra, 2010b.

RODRIGUES, Célia Felícia Belim, *A Propaganda Política na ordem internacional após o 11 de Setembro de 2001: a Norte Americana e a fundamentalista Islâmica*, Tese de Mestrado em Ciência Política, ISCSP, Lisboa, 2006.

SAPERAS, Enric, *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*, Edições ASA, Porto, 2000 [Tradução de Fernando Trindade].

SCHAFFERT, Richard W., *Media Coverage and Political Terrorists, a quantitative analysis*, Praeger Publishers, New York, 1992.

SCHELLING, Thomas C., *The Strategy of Conflicts*, Harvard University, Massachusetts, 1980, pp.3-20.

SCHMID, Alex P., GRAAF, Janny de, *Violence as Communication, Insurgent Terrorism and the Western News Media*, Sage Publications, London and Beverly Hills, 1982.

SILVA, Rogério de Castro e, *Estratégia*, Lisboa, 1972.

SILVA, Telmo Gonçalves, *Opinião Pública, Media e Estratégia nas Democracias Modernas*, Tese de Mestrado, ISCSP, Lisboa, 2000.

SONDHI, M. L., *Terrorism and Political Violence – a Sourcebook*, Indian Council of Social Science Research, New Dehli, 2000.

TUCHMAN, Gaye, *La production de la noticia. Estudio sobre la construcción de la realidad*, Gustavo Gili, Barcelona, 1983.

TZU, Sun, *A Arte da Guerra*, Coisas de Ler, Almargem do Bispo, 2002.

WEINBERG, Leonard, PEDAHZUR, Ami, *Political Parties and Terrorists Groups*, Routledge, New York, 2003.

WOLTON, Dominique, *Pensar a Comunicação*, Difel, Miraflores, 1999.

WOODROW, Alain, *Informação Manipulação*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1996.

WOODROW, Alain, *Os Meios de Comunicação – Quarto Poder ou Quinta Coluna?*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2006.

YARGER, Harry R., *Strategic Theory for the 21st Century: The Little Book on Big Strategy*, United States Government, 2006, acessível em: http://www.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=AT4OT1NCox8C&oi=fnd&pg=PR5&dq=harry+yarger&ots=1vIXqGka2i&sig=9xQOatZ4l1YSjARxaBwNLYv2b20&redir_esc=y#v=onepage&q=harry%20yarger&f=false

Artigos:

ALKARNI, Ali, "A Media/ Terrorism Model: The Saudi Experience", *Journal of the Gulf and Arabian Peninsula Studies*, 2008, acessível a Março de 2016 em

<http://faculty.ksu.edu.sa/alkarni/DocLib1/media%20terrorism%20model%20the%20saudi%20experience.pdf>

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, "Comunicação, Secretismo e Terrorismo Global", in Manuel Meirinho Martins (Org.) *Comunicação e Marketing Político. Contributos Pedagógicos*, ISCSP-UTL, Lisboa, 2006, pp.47-75.

BERTALANFFY, Ludwig Von, "The History and Status of General Systems Theory", *The Academy of Management Journal*, Vol. 15, No. 4, 1972, pp. 407-426, acessível em: http://systemotechnica.ucoz.com/fr/1/Bertalanffy_L.V.pdf

COUTO, Abel Cabral, "Raymond Aron e a Teoria da Estratégia", *Nação e Defesa*, nº111 – 3ª série, Verão 2005, pp. 7-25, acessível em: <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/1237>

CRENSHAW, Martha, "The Causes of Terrorism", *Comparative Politics*, Vol 13, Nº4, Julho 1981, pp. 379-395, acessível em: <http://courses.kvasaheim.com/hist319a/docs/Crenshaw%201981.PDF>

CRONIN, Audrey Kurth, "Behind the Curve, Globalization and International Terrorism", *International Security*, The MIT Press, Vol.27, No.3 (Winter, 2002-2003), pp.30-58.

FARIA, Fátima, "O Papel dos Media na Luta Contra o Terrorismo: que cobertura mediática dos actos terroristas?", *Nação e Defesa*, Verão 2007, Nº117 – 3ª série, pp.155-177, acessível em: <http://idn.gov.pt/publicacoes/consulta/NeD/NeD117/NeD117.pdf>

FERNANDES, António Horta, "A Estratégia: Arte e/ou Ciência", *Nação e Defesa*, 1997, nº83, pp.121-183, acessível em: <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/1533>

FERNANDES, António Horta, "Estratégia: Hostilidade ou Competição?", *Nação e Defesa*, Abril 2003, Número Extra Série, pp.145-156, acessível em: <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/1676>

FERNANDES, António Horta, "Estratégia, Guerra e Terrorismo: a Inexistência de um vínculo Topológico", *Nação e Defesa*, 2010, nº126 – 5ª série, pp.245-259, acessível em: <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/3011>

FREY, Bruno S., ROHNER, Dominic, *Blood and Ink! The Common-Interest-Game Between Terrorists and the Media*, Institute for Empirical Research in Economics University of Zurich, Working Paper No. 285, ISSN 1424-0459, April 2006, acessível em: <http://time.dufe.edu.cn/wencong/frey/paper10.pdf>

GANOR, Baaz, "The Strategy of Modern Terrorism", *ICT Papers on Terrorism*, The International Policy Institute for Counter-Terrorism, Herzliya, 2002.

HERTZ, John, "The Security Dilemma in International Relations: Background and Present Problems", *International Relations*, Sage Publications, Vol.17, 2003, pp.411-416.

KYDD, Andrew H., WALTER, Barbara F., "The Strategies of Terrorism", *International Security*, The MIT Press, Vol. 31, No. 1 (Summer 2006), pp.49-80, acessível em: <http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/isec.2006.31.1.49#.VARw6REg9Ms>

LORENZ, Edward, "The Butterfly Effect", *The Chaos Avant-Garde. Memories of the early days of chaos theory*, World Scientific Series, Series A, Vol. 39, 2000, pp.91-94.

MARTINS, Raul François R. C., "Acerca do Conceito de Estratégia", IDN, 1983, acessível em: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2815/1/NeD29 RaulFrancoisMartis.pdf>

MARTINS, Raúl François Carneiro, "Acerca de 'Terrorismo' e de 'Terrorismos'", IDN Cadernos, Lisboa, 2010, acessível em <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/1777>

McCOMBS, M.E. e SHAW, D. L., "The Agenda Setting Function of Mass Media", *Public Opinion Quarterly*, vol 36, 1972, pp. 176-187, acessível em: https://www.unc.edu/~fbaum/teaching/PLSC541_Fall06/McCombs%20and%20Shaw%20POQ%201972.pdf

NACOS, Brigitte L., "Accompliance or Witness? The Media Role in Terrorism", *Current History*, 2000, pp.174-178, acessível em: <http://ics.leads.ac.uk/papers/pmt/exhibits/743/NACOS.pdf>

NACOS, Brigitte L., TORRES-REYNA, Oscar, "Muslim Americans in the News before and after 9-11", Harvard Symposium Restless Searchlight: The Media and Terrorism, 2002, acessível em: <http://ijcv.org/index.php/ijcv/article/viewArticle/10>

NACOS, Brigitte L., "Terrorism/ Counterterrorism and Media in the Age of Global Communication", United Nations University Global Seminar Second Shimane-Yamaguchi Session "Terrorism-A Global Challenge", Columbia University, 2006, acessível em: http://archive.unu.edu/globseminar/files/shimane06/Nacos_text_en.pdf

NACOS, Brigitte L., BLOCH-ELKON, Yaeli, SHAPIRO, Robert Y., "Post-9/ 11 Terrorism Threats, news Coverage, and Public Perceptions in the United States", *International Journal of Conflict and Violence*, Vol.1 (2), New York, 2007, pp.105-126, acessível em: <http://ijcv.org/index.php/ijcv/article/viewArticle/10>

NACOS, Brigitte L., "Revisiting the Contagion Hypothesis: Terrorism, News Coverage, and Copycat Attacks", *Perspectives on Terrorism*, Volume 3, Issue 3, 2009, acessível em: <http://terrorismanalysts.com/pt/index.php/pot/article/view/73>

NEUMANN, Elisabeth, “Os Efeitos dos meios de comunicação na pesquisa sobre os seus efeitos”(1983), in ESTEVES, João Pissarra, *Comunicação e Sociedade*, Media e Jornalismo, 2002, sob a direcção do Centro de Investigação Media e Jornalismo.

PICARD, Robert G., “News Coverage as the Contagion of Terrorism: Dangerous Charges Backed by Dubious Science”, *paper* apresentado na reunião anual da *Association for Education in Journalism and Mass Communication* em Norman, em Agosto de 1986, acessível em:

<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED271786.pdf>

ROMANA, Heitor, “Terrorismo e ‘Intelligence’: um novo quadro analítico”, *Janus*, 2005, acessível em:

http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_2005_4_1_11_a.html

SENA, Nilza Mouzinho de, “As regras e os equívocos do discurso político”, in Manuel Meirinho Martins (Org.) *Comunicação e Marketing Político. Contributos Pedagógicos*, ISCSP-UTL, Lisboa, 2006, pp.29-46.

SCHMID, Alex P., “Terrorism and the Media: Freedom of Information vs. Freedom from Intimidation”, in HOWARD, Lawrence, *Terrorism – Roots, Impact, Responses*, Praeger, New York, 1992.

TICHENOR, P.J., DONOHUE, G.A., OLIEN, C.N., “Mass Media flow and differential growth in knowledge”, *Public Opinion Quarterly*, 34, 1970, pp.159-170, acessível em:

<http://poq.oxfordjournals.org/content/34/2/159.abstract>

THOMPSON, John B., “The Globalization of Communication”, in HELD, David e MCGREW, Anthony, *The Global Transformations Reader*, Polity Press, 2000.

WHITE, D.M., “The ‘Gatekeeper’: A Case Study in the Selection of News”, *Journalism Quarterly*, vol. 27, n. 4, 1950, pp. 382-394, acessível em: [http://www.aejmc.org/home/wp-](http://www.aejmc.org/home/wp-content/uploads/2012/09/Journalism-Quarterly-1950-White-383-90.pdf)

[content/uploads/2012/09/Journalism-Quarterly-1950-White-383-90.pdf](http://www.aejmc.org/home/wp-content/uploads/2012/09/Journalism-Quarterly-1950-White-383-90.pdf)

WILKINSON, Paul, “The Strategic Implications of Terrorism”, in SONDHI, M. L., *Terrorism and Political Violence – a Sourcebook*, Indian Council of Social Science Research, New Dehli, 2000.

Fontes Digitais:

BALASTEIRO, Sónia, “RTP deixa de transmitir imagens de ‘terror’ islâmico”, in SOL, 04 de Setembro de 2014, acessível a 5 de Setembro de 2014 (13:00) em <http://sol.pt/noticia/114490>

COLEMAN, Loren, Copycateffect.blogspot.com, April 19, 2007. Acessível a 5 de Maio de 2016 em: <http://copycateffect.blogspot.pt/search?updated-min=2006-12-31T21:00:00-08:00&updated-max=2007-05-06T08:06:00-04:00&max-results=42&start=16&by-date=false>

CLAUSEWITZ, Carl Von, *On War*, N. Trübner & Co, London, 1873, acessível em:

https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=PQY4AQAAMAAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=clauswitz&ots=8Pmco-z5Oo&sig=nwRn5BMCXoOXbD5bQqxJzLltPDI&redir_esc=y#v=onepage&q=clauswitz&f=false

FRANCO, Hugo e MOLEIRO, Raquel, “A Noiva Portuguesa da Jihad”, in Expresso, 03 de Setembro de 2014, acessível a 5 de Setembro de 2014 (14:00) em: <http://expresso.sapo.pt/a-noiva-portuguesa-da-jihad=f888068#ixzz3CL6qDPED>

MAHAN, A. T., *The Influence of Sea Power upon History 1660-1783*, Little, Brown and Company, Boston, 2004, acessível em:

http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/32864928/The_Influence_of_Sea_Power_Upon_History_1660.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1497201715&Signature=MjiO83SzHqfNh%2BwToOtZHq%2BInfQ%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3D%20THE_INFLUENCE_OF_SEA_POWER_UPON_HISTORY.pdf

NEUMANN, John Von e MORGENSTERN, Oskar, *Theory of Games and Economic Behavior*, Princeton University Press, Princeton, 1953, acessível a 24 de Março de 2016 (12:00) em <https://archive.org/details/theoryofgamesand030098mbp>

NICOLAU, Isabel, *O Conceito de Estratégia*, INDEG/ ISCTE, Lisboa, 2001, acessível a 20 de Outubro de 2012 (18:00) em: [http://antonio-fonseca.com/Unidades%20Curriculares/3-Ano/Planeamento%20Gestao%20Estrategica/conceito_20estrategia%20\(1\).pdf](http://antonio-fonseca.com/Unidades%20Curriculares/3-Ano/Planeamento%20Gestao%20Estrategica/conceito_20estrategia%20(1).pdf)

PORTER, Keith, *What is Smart Power?*, 30 de Outubro de 2007, acessível a 24 de Outubro de 2014 em: <http://usforeignpolicy.about.com/od/backgroundhistory/a/smartpower.htm>

Código Deontológico dos Jornalistas (Maio 1993), acessível a 23 de Março de 2016 em: <http://www.jornalistas.eu/?n=24>

European Commission (under the Six Framework Program): “Terrorism and the Media”, Transnational Terrorism, Security & Rule of Law, July 2008, acessível a 14 de Setembro de 2014 em: www.transnationalterrorism.eu

NATO, Military Concept 472, acessível a 5 de Maio de 2016 em: <http://www.nato.int/ims/docu/terrorism-annex.htm>

“Abu bakr al Bagdadi, o ‘califa’ jihadista”, AFP, 5 de Julho de 2014, acessível a 10 de Setembro de 2014 em: <https://br.noticias.yahoo.com/abu-bakr-al-bagdadi-califa-jihadista-215755172.html>

“Decapitação em massa do Estado Islâmico foi coreografada para vídeo”, Jornal de Notícias, 09 de Dezembro de 2014, acessível a 10 de Dezembro de 2014 em: <http://www.in.pt/PaginalInicial/Mundo/Interior.aspx?contentid=4286305>

ANEXO 1

Concepções clássica, moderna e pós-moderna do conceito de estratégia

Os primeiros registos de pensamento estratégico surgem de Sun Tzu (2002), que produziu o tratado “A Arte da Guerra”, num período estimado entre 400 e 320 a.C. Os seus ensinamentos revestem-se de uma pertinência tal que continuam a aplicar-se à sociedade actual, atribuindo à obra um carácter intemporal. Outras referências de pensamento estratégico na antiguidade são Alexandre (356-323 a.C), Hannibal (249-183 a.C) ou Júlio César (100-44 a.C).

Após a antiguidade, e conforme nos explica John Collins (1974), parece existir um hiato no que diz respeito ao pensamento estratégico que atravessa toda a época das trevas. Só no século XVI se começam a afirmar novos teóricos neste campo, como Maquiavel, com as obras “O Príncipe” (1532) e “A Arte da Guerra” (1519-1520), e Frederico o Grande (1712-1786). Será, no entanto, apenas no século XVIII que o conceito de “estratégia” ganha força, começando a ser mais frequentemente referido e definido. As concepções que surgem por esta altura, e que Abel Cabral Couto sumariza como “clássicas” (Couto, 2005), assumem uma associação restrita da estratégia ao militar. Apresentam a estratégia como a ciência ou arte do general, restringindo-a apenas ao âmbito da guerra e do seu planeamento.

Clausewitz (1873) é um defensor da concepção clássica. Para este autor, um dos mais influentes estrategas, a estratégia é unicamente do domínio militar, e decorre exclusivamente em ambiente de guerra. Clausewitz separa ainda a tática da estratégia, cabendo à primeira a organização da acção nos combates e à segunda a ligação entre combates que permitirá chegar aos fins da guerra.

O século XX trará a evolução do conceito de estratégia assente no desenvolvimento do próprio fenómeno social e político da guerra. O Almirante Mahan (2004), a propósito da estratégia naval, alarga o âmbito temporal da estratégia, considerando que tem lugar tanto durante a paz como durante a guerra. De facto, nas sociedades industrializadas, a guerra tornou-se mais exigente em meios e recursos, o que despoletou a necessidade de uma maior e mais atempada preparação com implicações estratégicas. Da mesma forma, suscitou

uma maior preocupação com a disponibilidade dos meios e com a crescente importância de antecipar necessidades e aproveitar oportunidades.

A evolução do conceito de estratégia dá-se ainda, com as definições do Capitão Liddel Hart de «grande estratégia» e de «estratégia militar» (Hart, 1974). Segundo este autor, enquanto esta última se restringe às forças armadas, a primeira engloba ainda os factores políticos, económico, diplomático e psicológico. Isto é, a grande estratégia coordena e dirige todos os recursos de uma nação para a consecução do objectivo político. Este conceito mais abrangente colheu algumas outras designações como «estratégia nacional», por parte de autores norte-americanos, ou «estratégia total», como a apelidou o General Beaufre (1985). Passa, deste modo, a falar-se em meios de coacção, em detrimento de meios apenas militares podendo a coacção ocorrer pela aplicação de meios económicos, psicológicos ou diplomáticos. Como nos diz Rogério de Castro e Silva, “a estratégia tem de ser considerada num aspecto mais amplo, pois a guerra não envolve somente o esforço militar, mas o esforço da nação como um todo, que se estende não só às forças armadas, como aos recursos nacionais que, de algum modo, possam contribuir para a consecução do objectivo final” (Silva, 1972, p.23).

Ao não fechar a estratégia exclusivamente no âmbito militar, esta passa a extrapolar o domínio operacional, bem como o momento de hostilidade. Estende-se, de forma contínua aos períodos de paz, alternando dois modos, como defendeu Beaufre (1985): um directo e outro indirecto. O mesmo será dizer *hardpower* e *soft power*¹⁹. O conceito de *soft power* surge aqui como uma segunda face do poder, como contraponto da noção de *hardpower*, assente maioritariamente na área militar e económica (Nye, 2004). Reside, essencialmente, na capacidade de exercer atracção em relação ao outro, de determinar tendências e preferências, de estabelecer a “agenda”. Ao invés de coagir, trata-se, por conseguinte, de co-optar o outro.

Como nos diz Raul François Martins (1983), esta nova concepção é, de facto, fruto da evolução do fenómeno da guerra. Na verdade, sobretudo a partir da II GM, com as armas de

¹⁹ Ver conceito de Soft Power no **Anexo 11**.

destruição massiva, o mundo dos estrategas mudou e mostraram-se necessárias outras soluções que extrapolam as tradicionalmente utilizadas em contexto de guerra. Da mesma forma, com o desenvolvimento dos meios de comunicação social, tornou-se possível um ataque directo, ainda que dissimulado por técnicas de manipulação de massas, à moral das nações. O alargamento do conceito de estratégia mostrava-se, deste modo, mandatário, urgindo acompanhar uma guerra cada vez mais total.

Estas novas concepções colocam em evidência a deslocação do objecto da estratégia da guerra para a hostilidade entre as partes. Numa perspectiva dialéctica, elas centram a estratégia mais nos objectivos agónicos com vista ao domínio da Vontade adversária. Numa segunda definição de estratégia total de Beaufre pode ler-se “(...) l’essence de la stratégie gît dans le jeu abstrait qui résulte (...) de l’opposition de deux volontés. (...) C’est donc l’art de la dialectique des forces ou encore plus exactement l’art de la dialectique des volontés employant la force pour résoudre leur conflit” (Beaufre, 1985, p.16). O objecto da estratégia passa, assim, a ser o conflito e já não somente a guerra.

Mais recentemente, a complexidade e heterogeneidade do sistema internacional leva a que se considere que a estratégia não envolve apenas Estados, mas diversos tipos de organizações internacionais, transnacionais, movimentos políticos, etc. O crescente número de actores internacionais remete, necessariamente, para uma multiplicação de realidades, vontades, objectivos e para uma pulverização de critérios de racionalidade. Neste contexto, as concepções pós-modernas de estratégia (exemplo: Martins, 1983) enquadram um alargamento do conceito a qualquer tipo de organização que actue em defesa da sua sobrevivência num contexto considerado hostil.

ANEXO 2

Relação entre Estratégia e Política

Apesar de algumas opiniões contrárias, a grande maioria dos autores, de que é exemplo Clausewitz (1873), vê a estratégia como um instrumento da política, uma das bases para a decisão. Neste sentido, a política surge como algo com um âmbito mais alargado, sendo a acção estratégica apenas uma parte da acção política.

A este propósito, consideramos pertinente atentar às considerações de Abel Cabral Couto (1988). Este autor centra-se na definição de política como ciência e actividade para demonstrar a superior abrangência desta relativamente à estratégia. Segundo Couto, “a política surge (...) como uma «doutrina de fins», dependente, é certo, das ciências que informam, mas sobretudo da ideologia em que assenta, isto é, da hierarquia de valores que aceita ou estabelece. Pelo contrário, a estratégia é uma «disciplina de meios», que é (ou deve ser) independente de qualquer referência ideológica” (Couto, 1988, p.219).

Nesta medida, a política comanda a estratégia, definindo os fins e o quadro de acção. A estratégia, como ciência informadora, pode ajudar a política na definição do quadro e dos fins e cabe-lhe, posteriormente, a tarefa de definir os meios e a modalidade de acção adequada ao cumprimento dos objectivos fixados.

De acordo com Raul Martins, a complexificação das relações internacionais, designadamente pela extensão dos conceitos de guerra e de estratégia, agudizam, no entanto, as dificuldades em delimitar os âmbitos da política e da estratégia, não tanto da perspectiva teórica até aqui enunciada, mas na sua vertente prática, criando oportunidades para sobreposições e intervenções nocivas à concretização dos objectivos fixados. Este autor retoma, a este respeito, o conceito já abordado de «estratégia total», considerando que este, ao promover o alargamento da estratégia do militar a todos os sectores de actividade do Estado, a coloca na esfera de actuação do homem político, concentrando neste também a responsabilidade estratégica (Martins, 1983).

ANEXO 3

Tipologias de Estratégia

1. Estratégias Total, Gerais e Particulares

No que se refere às formas de coacção, podemos distinguir entre estratégia total, gerais e particulares. A estratégia total engloba o estudo e a consideração de todas as formas de coacção – política, militar, económica, social, etc. – vistas não apenas como a soma das partes, mas de uma perspectiva holística, integradora e inter-relacional.

Cada uma das formas de coacção, analisadas separadamente, diz respeito a uma estratégia geral que tem como objectivo combinar e assegurar a execução das tarefas que concretizarão a missão definida pela estratégia total. As estratégias gerais focam-se, deste modo, sobretudo na condução da acção. “Englobam o emprego dos meios (aspectos operacionais) e o desenvolvimento da força, o qual compreende a geração e criação de novos meios (aspectos genéticos) e a sua composição, organização e articulação (aspectos estruturais)” (Ribeiro, 2010b, p.79).

As estratégias gerais subdividem-se ainda em estratégias particulares de acordo com os meios que empregam ou com os sectores a que se dirigem. É ao nível das estratégias particulares que se adapta a tática, a estrutura e a genética para as necessidades da estratégia total.

Tab.1 – Estratégias Gerais e Particulares (Couto, 1988).

	ESTRATÉGIAS GERAIS			
	MILITAR	ECONÓMICA	POLÍTICA	PSICOLÓGICA
ESTRATÉGIAS PARTICULARES	Terrestre	Produção	Política Interna	Propaganda
	Marítima	Financeira	Diplomática	Contra-Propaganda
	Aeroespacial	Comércio Externo		Informação Pública
				Comunicação

2. Estratégia Genética, Estrutural e Operacional

“A divisão relativa à estruturação dos meios (...) trata da articulação entre o que se quer ou deve fazer e o que os meios tornam possível” (Ribeiro, 2010b, p.82). Envolve o desenvolvimento da força, a sua estruturação e a sua utilização. Podemos, neste contexto, distinguir três tipologias de estratégia que se interpenetram: genética, estrutural e operacional.

A primeira visa a criação ou construção de novos meios que sirvam os objectivos do conceito estratégico e possam ser colocados à disposição da estratégia operacional. Trata-se de uma estratégia que deverá estar sempre ao corrente da conjuntura e atenta às suas evoluções mais previsíveis. Neste campo, torna-se fundamental a capacidade de prospectiva, de calendarização e de programação.

A estratégia estrutural diz respeito à disposição dos meios, isto é, à capacidade de adequar os meios existentes às condicionantes situacionais, tirando o maior rendimento destas. Faz parte, por conseguinte, da estratégia estrutural a análise tanto das vulnerabilidades, como das potencialidades existentes que permita tomar medidas no sentido do reforço das potencialidades e da minimização das vulnerabilidades.

Por último, a estratégia operacional ocupa-se do emprego dos meios, com vista à concretização dos objectivos fixados pela política. Isto é, cabe-lhe conceber e executar a manobra estratégica.

3. Estratégia Directa e Indirecta

Da perspectiva do estilo da acção, consideramos duas formas de estratégia: directa e indirecta.

A estratégia directa procura atingir os seus objectivos, utilizando como meios de coacção principais as forças militares. Foi a estratégia utilizada nas I e II GM e é aquela que está ainda subjacente na luta pela força nuclear. Como nos diz Beaufre, “c’est donc d’abord celle de la stratégie de Clausewitz qui n’est autre que la généralisation de la Conception basée sur la «dynamique rationnelle» (Beaufre, 1985, p. 37).

Numa estratégia indirecta são consideradas outras formas de coacção que não as militares, privilegiando-se o desequilíbrio do adversário, por um prévio desgaste físico e psicológico. Foi notória a prevalência desta estratégia, por exemplo, no contexto da Guerra Fria. No modo indirecto, os meios militares poderão ser complementares, mas os privilegiados são os políticos, económicos, diplomáticos e psicológicos.

Apesar de as considerarmos aqui separadamente, as duas estratégias, na prática, não se excluem. Pelo contrário, coexistem e complementam-se. Actualmente assiste-se ao uso da dissuasão e da estratégia indirecta. Esta preponderância resulta de factores conjunturais, como é o caso das limitações ao uso da estratégia directa por conta da ameaça nuclear e também das dificuldades e elevados custos inerentes à constituição de grandes exércitos. Outro factor está relacionado com o facto de os conflitos modernos terem uma vertente marcadamente ideológica. Por último, mostra-se ainda relevante mencionar o impacto dos meios de comunicação e as possibilidades que estes abrem no que toca à exploração da estratégia particular psicológica (Ribeiro, 2010, p.90).

Destas condicionantes resulta uma certa “paralisa da acção militar” (Couto, 1988) que, de forma quase paradoxal, atribui às pequenas potências uma grande liberdade de acção, uma vez que se encontra minimizada a sua maior ameaça – a força militar – e disponíveis para exploração as potencialidades da estratégia indirecta.

4. Estratégia Ofensiva e Defensiva

Uma outra divisão apresentada por Silva Ribeiro (Ribeiro, 2010b) assenta na finalidade de emprego dos meios de coacção e distingue estratégia ofensiva de estratégia defensiva.

No registo ofensivo encontram-se as estratégias de intimidação, ofensiva pura a defensiva-ofensiva ou de desgaste. Na intimidação, procura impor-se a vontade através da ameaça do emprego da força. Na estratégia ofensiva pura, a imposição da vontade é garantida pelo emprego concreto dos meios de coacção. Já na estratégia defensiva-ofensiva, toma-se uma

posição inicial mais defensiva, com o intuito de conquistar espaço e oportunidade para uma acção contra-ofensiva.

A estratégia defensiva inclui: a dissuasão, a defensiva pura, a estratégia preventiva e a preemptiva. A dissuasão centra-se na desmotivação do contrário para o confronto fazendo pesar os custos inerentes versus o objectivo a atingir. A estratégia defensiva pura utiliza os meios de coacção para impedir que o adversário consiga impor a sua força. A estratégia preventiva parte da utilização dos meios de coacção para inviabilizar uma estratégia ofensiva contrária. Por último, a estratégia preemptiva é tomada em caso de se afigurar eminente um ataque do opositor e está associada ao efeito surpresa. Esta é uma estratégia muito dependente da detenção de boa informação relativamente ao contrário e às suas intenções e pretensões. Só na posse de boa informação se podem tomar medidas preemptivas com bons resultados.

ANEXO 4

Classificação Modelos de Acção Estratégica

Vejamos aqui a classificação de modelos de acção estratégica proposta por Beaufre (1985) e que integra: ameaça directa, ameaça indirecta, pressão indirecta, acções sucessivas, acção militar de aniquilamento, acção militar de atrito, acção indirecta de neutralização e acção de lassidão.

A **ameaça directa** é a modalidade preferencial quando se dispõe de meios materiais poderosos e de liberdade de acção, sendo o objectivo relativamente modesto. Por norma, o intuito desta manobra é o de impedir que o contrário altere o *statu quo*. Na verdade, o facto de o objectivo ser modesto, faz com que o adversário ceda mais facilmente no seu empenho e determinação face à ameaça do emprego da força. Esta modalidade está subjacente a todas as estratégias que conhecemos como dissuasão, de que é exemplo a estratégia seguida pelas potências nucleares.

No caso de se querer manter o *statu quo*, de se dispor de liberdade de acção, mas a relação de forças ser desfavorável, a **ameaça indirecta** será a modalidade mais adequada. Esta assenta numa acção diplomática e psicológica de angariação de apoio externo, complementada por medidas militares que limitem a liberdade de acção contrária. Nestes casos, a desistência do outro dá-se pelo receio de intervenção externa, de um aliado, um terceiro elemento. Situação comum quando um Estado fraco se confronta com um vizinho poderoso.

Quando é a liberdade de acção que se encontra reduzida, mantendo um objectivo modesto e mesmo que em superioridade na relação de forças, aplica-se a **pressão indirecta**. Numa situação em que o risco a correr não parece compensar e que não se pode utilizar todo o potencial dos meios disponíveis, opta-se por uma modalidade estratégica indirecta por excelência, que usa os factores de natureza psicológica, diplomática e económica para desgastar o contrário, afectando principalmente as suas forças morais até este aceitar recuar no seu propósito. Uma modalidade muito utilizada por Hitler, antes da II GM, na promoção

da revolução cubana ou um pouco em toda a estratégia internacional no chamado “tempo de paz”.

Outro cenário possível é o de a liberdade de acção ser reduzida, mas a relação de forças ser equilibrada, ou mesmo favorável, e o objectivo a atingir ser altamente relevante. Nestes casos, a grandeza do objectivo face à limitada liberdade de acção levanta um problema relativamente ao possível empenho do adversário, o que faz com que seja aplicável uma modalidade de acção que desdobre o grande objectivo em objectivos parcelares, menos relevantes e, logo, menos passíveis de suscitar interesse do adversário. A manobra consiste em desencadear uma série de **acções sucessivas** (ameaça directa, pressão indirecta, acções militares rápidas), atingindo cada uma um objectivo parcelar que concorre para o cumprimento de uma estratégia de mais longo-prazo com vista a alcançar um objectivo maior. Também se utiliza esta modalidade quando os meios militares se revelam limitados.

Quando todos os factores são favoráveis – relação de forças, disponibilidade de meios e liberdade de acção – e estamos perante um objectivo vital, estão reunidas as condições para se procurar uma vitória militar, numa acção que se pretende rápida, logo surpreendente, e capaz de derrotar as forças militares opositoras. Esta é a modalidade de **acção militar de aniquilamento** que fez história desde a Revolução Francesa até à II GM. A rapidez é, neste cenário, um factor de extrema importância, sendo mesmo capaz de minimizar uma inferioridade de meios militares.

Se a relação de forças é desfavorável, mas o objectivo se mantém vital, havendo relativa liberdade de acção e disponibilidade de meios, podem conseguir-se resultados favoráveis pelo desgaste material e psicológico do adversário, através da desagregação das suas forças morais. Trata-se de uma **acção militar de atrito** que, ao contrário da acção militar de aniquilamento, surte efeito quanto mais espaçada decorre no tempo.

Coloquemos ainda o caso de a relação de forças ser desfavorável, perante um objectivo vital e uma liberdade de acção restrita. Nesta situação, de forma a inverter a relação de forças é fundamental mudar o centro de gravidade do adversário, o que pode ser conseguido através de acções clandestinas, sabotagens, isto é, acções súbitas que explorem a pouca liberdade

de acção e os meios disponíveis. O exemplo mais clássico é o do golpe de Estado. Uma modalidade de **acção indirecta de neutralização**, que pode ter tanto mais sucesso, quanto mais fraca é a estrutura do opositor.

Por último, destacamos a hipótese de se querer atingir um objectivo vital, tendo grande liberdade de acção, mas sendo as forças materiais e militares extremamente limitadas. A questão que se coloca neste cenário é a de saber como poderá ser possível sobrepor-se a um contrário praticamente sem forças materiais. A resposta encontra-se na chamada **acção de lassidão** que conjuga diversas linhas de acção:

- a) Afirmar uma ideologia forte que contribua para um reforço das forças morais, compensando a falta de forças materiais;
- b) Preservar os poucos meios militares e usá-los, espaçadamente no tempo, em acções de desgaste sobre o adversário;
- c) Desenvolver uma acção diplomática e psicológica forte, assente no factor ideológico, capaz de obter externamente apoio, de limitar os apoios e liberdade do contrário e ainda de enfraquecer as forças morais do outro;
- d) Melhorar, com o tempo, os seus recursos materiais e utilizar essas forças em novas acções de desgaste.

Todas estas linhas são conjugadas numa relação de longa duração que vai alterando as relações de força. A acção de lassidão transforma o tempo num aliado valioso e faz da componente psicológica a sua principal arma. “Uma modalidade que tem sido adoptada em guerras de libertação contra a ocupação estrangeira, em guerras de descolonização e em guerras internas (entre facções rivais) de natureza subversiva” (Couto, 1988, p.300).

Cruzando a classificação de estratégia directa e indirecta com as modalidades de acção acima apresentadas, poderemos dizer que correspondem ao primeiro modo a ameaça directa, a acção militar de aniquilamento e a acção militar de atrito. À estratégia indirecta correspondem a pressão indirecta, a acção indirecta de neutralização e a acção de lassidão.

Já as acções sucessivas podem ser vistas como uma acção com dupla vertente: directa e indirecta.

ANEXO 5

Tipologias de Terrorismo

Existem diversas propostas no que diz respeito à classificação das tipologias de terrorismo. Paul Wilkinson (2000) propõe uma divisão entre quatro tipos: terrorismo psicológico; terrorismo de guerra; terrorismo político e contra-terrorismo. António de Sousa Lara (2011) distingue entre terrorismo selectivo, indiscriminado e acções de apoio e financiamento do terrorismo. Dentro do indiscriminado considera ainda o convencional e o super-terrorismo, enquadrando-se neste último a acção suicida de larga escala, o terrorismo biológico, o terrorismo químico, o terrorismo nuclear e o ciberterrorismo. Seguiremos, no entanto, para efeitos de elaboração deste texto, a classificação proposta por Raúl Martins que nos parece de extrema pertinência (Martins, 2010, pp.16-19). Numa primeira linha de raciocínio, este autor distingue “terrorismo de Estado” de “terrorismo privado”, colocando a tónica na tipologia de agente/ actor envolvido. Posteriormente, cruza esta classificação com o critério dos fins. Deste exercício resultam duas categorias de terrorismo de Estado: “terrorismo policial”, praticado tendo em vista a consolidação de um poder político e, por norma, em tempo de paz; e “terrorismo militar” que implica acção militar em contexto de guerra, internacional ou civil.

Do lado do “terrorismo privado” são identificadas três categorias, tendo em conta os fins: o “terrorismo guerrilheiro”, praticado por grupos guerrilheiros durante uma “guerra menor”. Isto é, ainda que constituindo acções terroristas, não são acções praticadas por grupos terroristas. Recorde-se a este respeito a distinção que Raúl Martins faz entre “acção terrorista”, “terrorismo” e “grupo terrorista” (Martins, 2010, p. 10). O primeiro termo refere-se ao acto propriamente dito. O segundo a uma forma particular de violência, concretizada pelas acções terroristas. O terceiro ao grupo que escolhe a acção terrorista como a sua forma exclusiva ou principal de actuação política; o “terrorismo autónomo” que é uma tipologia que “define por si os seus fins últimos e a busca exclusivamente, ou quase exclusivamente, pelo terror (...) e que será, portanto, um terrorismo dirigido contra o Estado, por vezes mesmo contra a sociedade em geral” (Martins, 2010, pp.17-18); por último, o

“terrorismo social” que visa a submissão, o aniquilamento ou o controle de minorias ou grupos marginais (de que é exemplo a actuação do Ku-Klux-Klan).

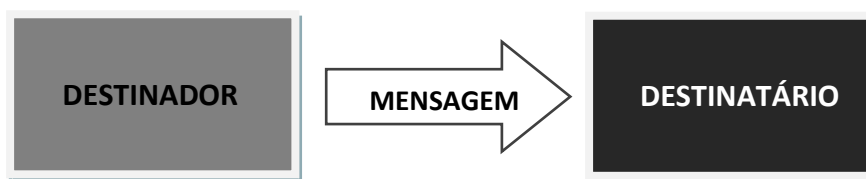
Uma distinção que é transversal a todas estas categorias separa ainda terrorismo internacional de terrorismo nacional.

ANEXO 6

O Terrorismo como Comunicação

Na senda do simbolismo do terrorismo, alguns autores, como Frey e Rohner (2006) ou Schmid e Graaf (1982), apresentam o fenómeno essencialmente como uma forma de comunicação: “Terrorist attacks are a particular form of communication by terrorist groups” (Frey e Rohner, 2006, p. 19). Os actos de terrorismo são, nessa medida, uma forma de transmissão de mensagens a uma audiência vasta, de forma impactante, clara e credível. Para percebermos melhor a perspectiva destes autores, importa reflectir sobre os elementos em equação num processo de comunicação. Em primeiro lugar, o que está em causa é uma situação de relação entre um destinador e um destinatário. Entre eles, a mensagem.

Fig.2 – Fluxo de Comunicação



No caso do terrorismo, as premissas da comunicação mantêm-se. A diferença consiste no facto de a vítima de um ataque terrorista não ser o destinatário, mas sim a mensagem. Esta característica é distintiva do terrorismo contemporâneo. Se, no século XIX, a vítima e o alvo coincidiam, sendo o atentado contra o rei ou o tirano, agora a vítima é apenas instrumental.

Como nos diz Schmid e Graaf, “terrorism, by using violence against one victim, seeks to persuade others. The immediate victim is merely instrumental, the skin on a drum beaten to achieve a calculated impact on a wider audience” (Schmid e Graaf, 1982, p.14). O impacto que a tragédia humana gera e o carácter surpreendente e atroz do acto garantem aos terroristas que a mensagem tem uma projecção inigualável, assegurando a prossecução dos objectivos do acto terrorista em si.

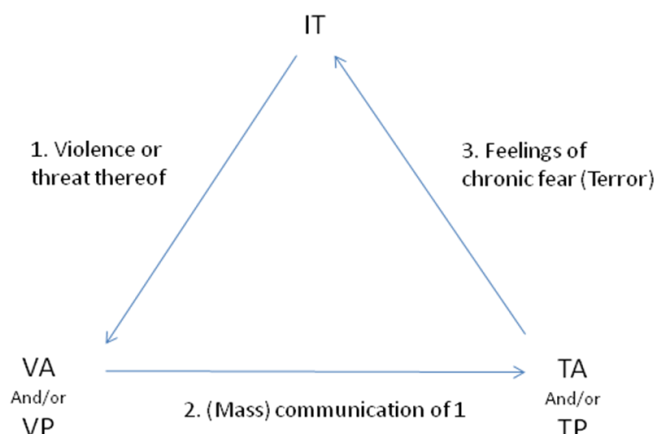
“Kill one, frighten ten thousands’, a Chinese proverb says. If the killing of the one is done primarily for the purpose of frightening thousands, then we speak of terrorism” (Schmid e

Graaf, 1982, p.15). E, neste caso, um acto terrorista parece aproximar-se de um acto de comunicação.

Por outro lado, ao distinguir o alvo da vítima, os grupos terroristas focam no alvo a responsabilidade da violência. Isto é, face à audiência global que os actos terroristas têm como testemunha, o alvo torna-se o actor de quem se esperam respostas, conseguindo os terroristas alcançar o objectivo de pressão sobre os decisores.

Neste contexto, Schmid e Graaf (1982) definem o terrorismo como um acto de comunicação perceptível no seguinte triângulo:

Fig.3 – O Terrorismo como Acto de Comunicação (Schmid and Graaf, 1982, p.176)



(IT= Insurgent Terrorist; VA= Victim belonging to the camp of the State Authorities; VP= Victim being part of the public; TA= The Authorities as Target; TP= The Public as Target)

A percepção do terrorismo como comunicação sai reforçada com todo o simbolismo inerente à actuação dos grupos terroristas. Por exemplo, os Doukhobors do Canadá, tipicamente, colocavam bombas em escolas já que a educação era símbolo das leis e do governo canadiano. Também os nomes dos próprios grupos terroristas têm uma simbologia

associada: os Black September obtiveram o nome do mês em que o rei Hussein expulsou a PLO da Jordânia (Leeman, 1991, p.14). De facto há uma retórica do terrorismo que o afasta da mera violência pela violência para a aproximar de um acto de comunicação.

Em nossa opinião, porém, uma definição do terrorismo como comunicação evidencia um foco excessivo num objectivo parcelar do terrorismo. Isto é, no objectivo de propagar o medo entre as populações a que se dirige. No entanto, este será sempre um objectivo cujo cumprimento tem em vista o objectivo maior de operar uma transformação política ou social. Nessa medida, consideramos que, ainda que tenha uma vertente relevante comunicacional, o terrorismo é algo de maior e mais complexo.

ANEXO 7

Modalidades de Acção próprias do Terrorismo segundo Kydd e Walter (2006)

Numa modalidade de *attrition* o grupo terrorista procura tornar evidente ao seu opositor que tem capacidades suficientes para causar prejuízos a este caso não altere a sua forma de acção. Trata-se de uma demonstração de força, o que faz com que quanto maiores os custos infligidos, mais credível seja a ameaça. Um dos principais exemplos de *attrition* é a modalidade praticada pela al-Qaeda em relação aos EUA.

No caso da *intimidation*, esta visa criar impacto na população, mostrando-lhes a força do grupo terrorista, em contraposição à incapacidade do governo para restabelecer a ordem. Com esta acção, pretende-se influenciar a população, através do medo, a adoptar comportamentos favoráveis à causa terrorista. Incluem-se em acções de *intimidation* assassinatos de pessoas com cargos de poder ou representantes da autoridade, ou massacres de civis que cooperaram com o governo ou grupo de oposição. A decapitação do jornalista americano pelo Estado Islâmico, difundida pelo mundo, é um exemplo deste tipo de modalidade de acção.

A *provocation* é uma modalidade dirigida ao opositor, mas que pretende obter resultados junto da população. Isto é, provoca o governo com o intuito de gerar uma resposta de extrema violência que leve a população a radicalizar a sua posição e a apoiar a causa terrorista. Comum quando se pretende alterar o regime, procura criar a imagem do poder vigente como o “mal” que precisa de ser combatido e que justifica o radicalismo das acções terroristas.

No que diz respeito à modalidade de *spoiling*, surge sobretudo em casos em que a relação entre dois opositores se encontra perto de um acordo de paz que coloca em causa o cumprimento do objectivo maior e de longo-prazo do grupo terrorista. E é bem-sucedida quando é capaz de “infectar” novamente a relação, gerando desconfianças, evitando a paz e, logo, reabilitando a prossecução dos objectivos terroristas.

Por último, quando os autores falam de *outbidding* referem-se a uma modalidade que usa a violência como demonstração de vontade e determinação do grupo terrorista, procurando

causar na população a sensação de que é o único actor que vale a pena apoiar. Esta modalidade aplica-se em casos em que dois ou mais grupos competem pela preferência da população que se encontra indecisa.

Através da análise do terrorismo à luz das modalidades de acção estratégica, reforçamos, uma vez mais a ideia que temos vindo a explorar de que o fenómeno terrorista se enquadra no quadro teórico da estratégia.

ANEXO 8

Teorias dos Efeitos dos Meios de Comunicação de Massas

A Teoria dos Efeitos Ilimitados, vinda da *Mass Communication Research*, via os media como condição necessária e suficiente para a mudança de opinião. Isto é, defendia que os efeitos dos media eram exercidos de forma total, directamente sobre os indivíduos a quem chega a mensagem. Esta teoria verificou-se, no entanto, muito colada ao fenómeno da propaganda, considerando os efeitos da perspectiva da manipulação. Ainda que tenha sido considerada como a pré-história da disciplina dos efeitos, teve, no entanto, o mérito de definir os contornos do problema e de promover a sua discussão.

Mais tarde, a partir dos anos 40 do séc. XX, regista-se uma alteração de fundo no paradigma de análise: é colocada no centro da pesquisa a noção de “influência”, em detrimento do focus na “manipulação”. Esta alteração levou a uma consideração mais abrangente dos meios de comunicação de massa e da integração destes nos processos sociais. Nesta linha, foram decisivos os trabalhos de Lazarsfeld, em especial a teoria dos Efeitos Mínimos, que defendia a hipótese de o efeito dos media ser apenas de reforço da opinião pública. Uma teoria que vigorou durante três décadas, ficando o seu sucesso a dever-se não só aos aspectos científicos, mas também a predisposições ideológicas. Afinal, os jornalistas receberam bem a teoria dos Efeitos Mínimos, tendo-lhe dado projecção e aportado credibilidade, o que não fariam com outras investigações com conclusões contrárias que permaneceram anónimas ou desprestigiadas (Neumann, 1983, p. 153).

A hipótese dos Efeitos Mínimos começou, no entanto, a perder actualidade a partir dos anos 70 do século XX, pelo resultado de algumas pesquisas empíricas de Noelle-Neumann (1973, 1975), Blumler (1977), Lang e Lang (1981). Hoje, a grande maioria dos investigadores atribui aos meios de comunicação social um efeito real e decisivo ao nível da forma como a realidade de cada indivíduo se lhe apresenta e se concretiza. O efeito não é, neste caso, visto como directo e pessoal, mas enquadrado num determinado contexto social, no qual os indivíduos formam as suas ideias. Os pensamentos e as atitudes são adequadas e ajustadas ao ambiente social que não é mais que um conjunto de ideias. Segundo Walter Lippmann

(Lippmann, 1965), é neste processo que intervêm os meios de comunicação, gerando efeitos concretos, que definiremos daqui em diante como efeitos cognitivos.

Esta nova perspectiva vê a informação como dotada de identidade e põe a tónica na distribuição como base do efeito cognitivo. Não se trata da afirmação de um efeito máximo, mas do reconhecimento da influência que os meios de comunicação de massas exercem sobre a sociedade, enquanto fontes de informação que reclamam conhecimento, credibilidade e objectividade. Nesta linha enquadra-se a teorização de Enric Saperas (Saperas, 2000), que considera três tipologias de efeitos cognitivos: os que resultam da capacidade simbólica de estruturar a opinião pública; os que são resultado da distribuição social dos conhecimentos colectivos; e os resultantes do papel da notícia na construção da realidade social.

1. O Papel dos Media na Estruturação da Opinião Pública

Os primeiros – com impacto ao nível da estruturação da opinião pública – foram já alvo de investigação aprofundada e partem do pressuposto que os meios de comunicação têm mecanismos de formação da opinião pública, o que é fundamentado pela sua capacidade de: orientar a atenção da opinião pública; definir a agenda de temas dominantes; hierarquizar a relevância dos temas; discriminar determinadas temáticas. Esta foi a linha seguida por duas teorias próximas, mas distintas: *Agenda-Setting Function* (McCombs e Shaw, 1972) e *Tematização* (Luhmann, 1978). Ou seja, os media exercem uma selecção à priori dos temas a serem veiculados e, logo, a fazerem parte daquela que é a agenda pública. Num período em que as imagens constroem a realidade que nos envolve e que, acontecimento que não seja retratado em imagens, não existe, o papel dos media ganha especial destaque uma vez que determina o que “existe ou não” para a sociedade. É como se fôssemos sujeitos passivos de um mundo que se tornou demasiado grande para o podermos apreender na sua plenitude e que tal limitação tornasse os meios de comunicação a única alternativa para conhecermos o nosso mundo. A este respeito, recordamos Karl Popper que, a propósito do impacto da televisão, nos diz: “Os amigos da democracia apenas possuem uma débil consciência desse poder [da televisão]. Quando tiverem compreendido verdadeiramente o que podem fazer

com ele, utilizá-lo-ão de todas as formas, inclusivamente nas situações mais perigosas” (Popper, 1999, p. 30).

Para além da definição dos temas, os media definem ainda a ordem, a prioridade de uns em relação aos outros, atribuindo-lhes, desta forma, uma valoração que pesa na apreensão dessas temáticas por parte do público.

Neste seguimento, a teoria do *Agenda-Setting Function* levanta a hipótese de haver uma relação proporcional entre a ênfase dada a determinados temas pela comunicação social e as prioridades do público na gestão da agenda pública. Como se os media não fossem apenas mediadores na transmissão de uma mensagem, mas também na interpretação dessa mesma mensagem. O que nos leva à função de *Gatekeeper* (White, 1950), aquele que identifica os acontecimentos com potencial mediático, lhes atribui determinada relevância (definida pela dimensão da notícia, posição no conjunto, destaque do título, frequência de aparecimento, etc.). Esta função, introduzida na investigação da agenda temática, mostrou-se fundamental na percepção de que o trabalho jornalístico está sujeito à acção individual e totalmente subjectiva de um profissional que lhe aportará muito da sua experiência como jornalista/editor, mas também do seu dia-a-dia. Mais uma vez, a objectividade tão cara à classe jornalística é questionada. O *gatekeeper* poderá ser um indivíduo, uma instituição ou mesmo o sistema de comunicação no geral.

A tematização, por sua vez, orientou o estudo dos efeitos cognitivos para o âmbito do sistema político, interessando-nos em particular as considerações sobre a forma como o sistema político e os meios de comunicação se articulam numa concertação de temas para a gestão do sistema social. E define-se como o processo pelo qual são seleccionados e valorados determinados temas e introduzidos na opinião pública, reduzindo a complexidade social. Neste âmbito a opinião pública surge, como afirma Luhmann, com a “função de mecanismo-guia do sistema político que não determina, é certo, nem o exercício do poder, nem a formação da opinião pública, mas que estabelece os contornos daquilo que vai sendo possível” (Luhmann, 1978, p. 109).

2. O Papel dos Media na Distribuição de Conhecimento

Do ponto de vista da distribuição social do conhecimento, as principais conclusões dos estudos nesta área, em especial da teoria do *Gap Hypothesis* (Tichenor, Donohue e Olien, 1970), dão conta da criação de um diferencial de conhecimento, aquando da divulgação de informação por meios de comunicação de massas. Segundo esta hipótese, as camadas da população com *status* económico elevado têm uma maior capacidade de adquirir a informação do que as pertencentes a um nível mais baixo. O que leva, uma vez mais, à exploração da temática das desigualdades. O *Gap Hypothesis* introduz os meios de comunicação social no espectro dos conflitos sociais, na medida em que são potenciadores de diferenças e, logo, eventuais “gatilhos” de discussão.

3. O Papel dos Media na Construção da Realidade

“A notícia é uma janela para o mundo. [...] a notícia tende a dizer-nos o que queremos saber, o que precisamos saber e o que deveríamos saber.” (Tuchman, 1983, p. 13). A imagem da janela é particularmente feliz, porque é disso mesmo que trata esta tipologia de efeitos: da capacidade de os meios de comunicação organizarem, definirem e “enquadrarem” a realidade que nos é presente (*framing*). Neste sentido, as notícias não são o espelho das preocupações da sociedade, mas contribuem mesmo para a sua construção como fenómeno social partilhado, dado que o acto de noticiar envolve a moldagem do acontecimento. Assim, as notícias definem e redefinem permanentemente os fenómenos sociais e os seus significados. Como nos dizia Balandier, “toda a realidade social é construída: o que pode aparecer de qualquer forma como *natural* é um produto da actividade conjugada dos homens, passada e presente. Nesta construção, a ciência associada à tecnologia, a comunicação e os seus media poderosamente equipados de jogos de palavras e de imagens, tornam-se agora os artesãos principais, dominantes, da apresentação do real”. (Balandier, 1999, p.129)

ANEXO 9

Tab.2 - As Organizações Políticas e os seus objectivos (Kydd e Walter, 2006, pp.54-55)

Name	Ultimate Goals	RC	TC	PC	SC	SQM
Abu Nidal Organization	Destroy Israel; establish Palestinian state	X	X			
Abu Sayyaf Group	Secede from Philippines		X			
Al-Aqsa Martyrs' Brigade	Destroy Israel; establish Palestinian state	X	X			
Ansar al-Islam	Evict United States from Iraq; establish Islamic state	X		X		
Armed Islamic Group	Establish Islamic state in Algeria	X				
Asbat al-Ansar	Establish Islamic state in Lebanon	X				
Aum Shinrikyo	Seize power in Japan; hasten the Apocalypse	X				
Basque Fatherland and Liberty (ETA)	Secede from Spain		X			
Communist Party of the Philippines/New People's Army	Establish Communist state in Philippines	X				
Continuity Irish Republican Army	Evict Britain from Northern Ireland; unite with Eire		X			
Al-Gama'a al-Islamiyya (Islamic Group)	Establish Islamic state in Egypt	X				
Hamas (Islamic Resistance Movement)	Destroy Israel; establish Palestinian Islamic state	X	X			
Harakat ul-Mujahidin	Evict India from Kashmir; unite with Pakistan		X			
Hezbollah (Party of God)	Originally: evict Israel from Lebanon; now: destroy Israel and establish Palestinian Islamic state	X	X			
Islamic Jihad Group	Establish Islamic state in Uzbekistan; reduce U.S. influence	X		X		
Islamic Movement of Uzbekistan	Establish Islamic state in Uzbekistan	X				
Jaish-e-Mohammed (Army of Mohammed)	Evict India from Kashmir; unite with Pakistan		X			
Jemaah Islamiya	Establish Islamic state in Indonesia	X				
Al-Jihad (Egyptian Islamic Jihad)	Establish Islamic state in Egypt	X				
Kahane Chai (Kach)	Expand Israel		X			
Kongra-Gel (formerly Kurdistan Workers' Party)	Secede from Turkey		X			
Lashkar-e Tayyiba (Army of the Righteous)	Evict India from Kashmir; unite with Pakistan		X			
Lashkar i Jhangvi	Establish Islamic state in Pakistan	X				
Liberation Tigers of Tamil Eelam	Secede from Sri Lanka		X			
Libyan Islamic Fighting Group	Establish Islamic state in Libya	X				
Moroccan Islamic Combatant Group	Establish Islamic state in Morocco	X				
Mujahedin-e Khalq Organization	Overthrow Iranian government	X				
National Liberation Army	Establish Marxist government in Colombia	X				
Palestine Liberation Front	Destroy Israel; establish Palestinian state	X	X			
Palestinian Islamic Jihad	Destroy Israel; establish Palestinian state	X	X			

Table 1. *continued*

Name	Ultimate Goals	RC	TC	PC	SC	SCM
Popular Front for the Liberation of Palestine	Destroy Israel; establish Palestinian state	X	X			
Popular Front for the Liberation of Palestine—General Command	Destroy Israel; establish Palestinian state	X	X			
Al-Qaida	Establish Islamic states in Middle East; destroy Israel; reduce U.S. influence	X	X	X		
Al-Qaida in Iraq (Zarqawi group)	Evict United States from Iraq; establish Islamic state	X		X		
Real Irish Republican Army	Evict Britain from Northern Ireland; unite with Eire		X			
Revolutionary Armed Forces of Colombia	Establish Marxist state in Colombia	X				
Revolutionary Nuclei (formerly Revolutionary People's Struggle)	Establish Marxist state in Greece	X				
Revolutionary Organization 7 November	Establish Marxist state in Greece	X				
Revolutionary People's Liberation Party/Front	Establish Marxist state in Turkey	X				
Salafist Group for Call and Combat	Establish Islamic state in Algeria	X				
Shining Path (Sendero Luminoso)	Establish Marxist state in Peru	X				
United Self-Defense Forces of Colombia	Preserve Colombian state					X
Total		31	19	4	0	1

SOURCE: Office of Counterterrorism, U.S. Department of State, "Foreign Terrorist Organizations," fact sheet, October 11, 2005.

NOTE: RC: regime change; TC: territorial change; PC: policy change; SC: social control; and SQM: status quo maintenance. Coding of goals is the authors'.

ANEXO 10

Tab.3 - Exemplo de “etiquetas” e nomenclatura terrorista e contra-terrorista para uma mesma coisa (Lockyer, 2003, p2)

1. Criminal – Revolutionary	10. Aggression – Preventive Counter Strike
2. Terrorist – Guerilla	11. Assassin – Avenger
3. Murderer – Freedom Fighter	12. Propaganda – Communiqué
4. Gang – Army	13. Extremist Fanatic – Dedicated Anti Imperialist
5. Subversive Element – Liberator	14. Attack – Operation
6. Bloodbath – Purge	15. Hired Killer – Example of Revolutionary Solidarity
7. Lunatic – Martyr	16. Murder – Revolutionary Justice
8. Mercenary – Soldier	
9. Threat – Warning	

ANEXO 11

Conceito de Soft Power

O Conceito de *soft power* surge, pela primeira vez, na década de 1990, pelas mãos do Professor Joseph Nye da Universidade de Harvard. Desde então, entrou no domínio da linguagem política, em especial nos EUA, onde a sua aplicação se tornou recorrente.

Descreve a capacidade de um organismo político, como um Estado, de influenciar o comportamento de outrem, através de aspectos de ordem cultural ou ideológica, que se opõem a medidas mais coercivas como as acções militares ou as sanções económicas. Na verdade, o conceito de *soft power* surge como uma segunda face do poder, como contraponto da noção de *hardpower* que representava a forma de poder mais privilegiada até então, assente maioritariamente na área militar e económica.

Proposta pela escola realista de Relações Internacionais, a noção de *hard power* está associada à posse de recursos tangíveis - incentivos económicos ou força/ capacidade militar – utilizados através de coacção, indução, intimidação, sanções ou ameaças. O uso mais óbvio do *hard power* é a realização de intervenções militares com um objectivo definido.

Ainda que o *hard power* continue a ser uma forma de poder em uso, verificou-se sofrer de sérios problemas quanto à sua credibilidade e legitimidade. Se essa credibilidade lesar a imagem pública de um Estado, pode interferir directamente com os objectivos estratégicos de relações externas. Foi o sucedido, por exemplo, com o Governo de Bush e a “guerra ao terrorismo” que encetou contra o Afeganistão e posteriormente contra o Iraque. A guerra sem aparente justificação (*jus ad bellum*) comprovada, descredibilizou a imagem dos EUA, gerando uma desilusão generalizada quanto à política externa norte-americana e um ainda mais aprofundado sentimento anti-americano, em especial nos países Muçulmanos.

Nye, com o conceito de *soft power*, procura mostrar que “*Hard power can rest on inducements (“carrots”) or threats (“sticks”). But sometimes you can get the outcomes you want without tangible threats or payoffs*” (Nye, 2004, p.5). Essa outra forma a que Nye se

refere é a do *soft power* que procura promover a admiração, respeito e seguidismo em relação a um país, em virtude da disseminação da sua cultura e políticas governamentais.

O *soft power* reside, pois, na capacidade de exercer atracção em relação ao outro, de determinar tendências e preferências, de estabelecer a “agenda”. Ao invés de coagir, trata-se, por conseguinte, de co-optar o outro.

Este conceito cria uma nova sistematização do poder, em três tipos, conforme Nye nos apresenta no seu livro *Soft Power – the means to success in world politics* (Nye, 2004, p.31):

Tab.4 – Sistematização do Poder (Nye, 2004, p.31)

	BEHAVIORS	PRIMARY CURRENCY	GOVERNMENT POLICIES
MILITARY POWER	coercion, deterrence, protection	threats, force	coercive diplomacy, war, aliances
ECONOMIC POWER	inducement, coercion	payments, sanctions	aid, bribes, sanctions
<i>SOFT POWER</i>	attraction, agenda setting	values, culture, policies, institutions	public diplomacy, bilateral and multilateral diplomacy

Comparativamente ao *hard power*, o *soft power* tem um carácter qualitativo, na medida em que é percebido pela forma como os seus valores, cultura e políticas conquistam a afinidade da parte contrária. Desta perspectiva, o *soft power* ultrapassa a influência. Mais do que influência, envolve atracção do outro, ao ponto de implicar o seu consentimento.

ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES

ALKARNI, Ali, 49.

ARON, Raymond, 24.

BALANDIER, Georges, 96.

BEAUFRE, André, 4, 11, 14, 15, 22, 75, 76, 79, 82.

BERTALANFFY, Ludwig Von, 9.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicole, PASQUINO, Gianfranco, 44.

CLAUSEWITZ, Carl Von, 4, 16, 74, 77, 79.

COLEMAN, Loren, 57.

COLLINS, John M., 74.

COUTO, Abel Cabral, 3, 5, 10, 12, 14, 74, 77, 78, 80, 84.

CRENSHAW, Martha, 32.

CRONIN, Audrey Kurth, 4, 34, 35.

DOBKIN, Bethami A., 23.

FARIA, Fátima, 47.

FERNANDES, António Horta, 11, 60.

FREY, Bruno S., ROHNER, Dominic, 4, 46, 88.

GANOR, Baaz, 30, 31.

GIDDENS, Anthony, 34, 39, 44.

HART, B. H. Liddell, 4, 75.

HERTZ, John, 21, 53.

KYDD, Andrew H., WALTER, Barbara F., 4, 28, 29, 32, 35, 36, 37, 38, 91, 97.

LARA, António de Sousa, 4, 18, 23, 34, 86.

LEEMAN, Richard W., 90.

LETRIA, José Jorge, 41, 45, 46, 52, 54.

LIPPMANN, Walter, 93, 94.

LOCKYER, Adam, 51, 98.

LORENZ, Edward, 21.

LUHMANN, Niklas, 4, 9, 94, 95.

MARRANCHES, Count de, 26, 37.

MARTINS, Raúl François Carneiro, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 14, 15, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 36, 75, 76, 77, 86.

McCOMBS, M.E. e SHAW, D. L., 4, 94.

MOREIRA, Adriano, 9.

NACOS, Brigitte L., 4, 45, 46, 47, 48, 50, 54, 56, 57, 58.

NEUMANN, Elisabeth, 93.

NEUMANN, John von, MORGENSTERN, Oskar, 12, 29.

NEUMANN, Peter R., 4, 23, 26, 27, 34.

NYE, Joseph S., 75, 99, 100.

PICARD, Robert G., 57.

POPPER, Karl, 94, 95.

RIBEIRO, António Silva, 3, 5, 12, 13, 15, 16, 22, 78, 79, 80.

RODRIGUES, Célia Felícia Belim, 63.

SAPERAS, Enric, 4, 94.

SCHAFFERT, Richard W., 64.

SHELLING, Thomas C., 4, 18, 19.

SCHMID, Alex P., 4, 47, 49, 55, 56.

SCHMID, Alex P., GRAAF, Janny de, 4, 53, 54, 57, 88, 89.

SILVA, Rogério de Castro e, 4, 75.

SILVA, Telmo Gonçalves, 43.

TICHENOR, P.J., DONOHUE, G.A., OLIEN, C.N., 4, 96.

TUCHMAN, Gaye, 4, 96.

TZU, Sun, 4, 13, 22, 43.

WEINBERG, Leonard, PEDAHZUR, Ami, 4, 24.

WHITE, D.M., 4, 95.

WILKINSON, Paul, 4, 23, 26.

WOODROW, Alain, 44, 53.

YARGER, Harry R., 4, 20, 21.

ÍNDICE REMISSIVO DE ASSUNTOS

Estratégia	pp. 10 a 17; 74 a 81
Conflito Estratégico	pp. 18 a 22
Ambiente Estratégico	pp. 19 a 21
Modalidades de Acção Estratégica	pp. 22; 82 a 85
Terrorismo	pp. 23 a 34; 86 a 90
Ambiente Estratégico do Terrorismo	pp. 34 a 36
Estratégias do Terror	pp. 36 a 38; 91 a 92
Media	pp. 39 a 41
Efeitos Cognitivos dos Media	pp. 41 a 42; 93 a 96
Relação Media/ Terrorismo	pp.43 a 59